



# Direitos Negados

Narrativas de Meninas e Mulheres

## FICHA TÉCNICA

Título: Direitos Negados - Narrativas de Meninas e Mulheres

Coordenação: Alice Frade e Elisabete Brasil

Pesquisa: Alice Frade

Autoras: Alice Frade com Adama Baldé, Benilde Nhalevilo, Fatema Akter Beauty, Fatumata Djau Baldé, José-Roberto Luna, Mariana Braga e Marisa Oliveira

Revisão: Almerinda Bento

Edição & Publicação: 1ª edição | FEM – Feministas Em Movimento, Associação

Design e paginação: Pedro Sousa graphic | web | design

Ilustrações: Francisco Henriques | “Kiko”

Impressão: AlfaPrint - Artes Gráficas Lda.

Tiragem: 1000 exemplares

ISBN: 978-989-34-0219-1

Data: julho de 2026

Iniciativa



Parceria



Com



Com o apoio de



“O casamento infantil não acontece isolado. Acontece quando uma menina não tem acesso a educação de qualidade, quando a pobreza limita as escolhas, os serviços de saúde estão distantes, os sistemas que as deviam proteger falham-lhes e não são vistas como as decisoras das suas próprias vidas.”

Girls Not Brides

Esta publicação é fiel à escrita de cada pessoa, no que respeita à sua opção pela aplicação, ou não, do acordo ortográfico.

# ÍNDICE

|                                                                                                                                                      |           |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Prefácio .....</b>                                                                                                                                | <b>5</b>  |
| <b>Introdução .....</b>                                                                                                                              | <b>7</b>  |
| <b>Metodologia .....</b>                                                                                                                             | <b>11</b> |
| <b>Infância, casamento precoce e ser mulher numa zona rural de Bangladesh.....</b>                                                                   | <b>17</b> |
| Uma filha sobre o testemunho da sua mãe e a sua própria vida .....                                                                                   | 23        |
| <b>Entre a religião e o abuso fomos o pagamento - “Aqui percebi que não sou livre” .....</b>                                                         | <b>29</b> |
| Corpos sob tutela: religião, uniões precoces e violência estrutural contra meninas .....                                                             | 32        |
| <b>“Tenho 22 anos. Não tenho mais nada para contar.” .....</b>                                                                                       | <b>37</b> |
| Entregue em casamento sem o seu consentimento .....                                                                                                  | 41        |
| <b>“O corpo tem de descansar “... a história de uma menina esposa .....</b>                                                                          | <b>43</b> |
| Casamento tradicional, infantil e forçado na Guiné-Bissau .....                                                                                      | 46        |
| <b>O impacto de um casamento arranjado: casada com alguém com perturbação mental ....</b>                                                            | <b>53</b> |
| Este casamento como facto social estrutural .....                                                                                                    | 55        |
| <b>A vida sufocada e sem informação que leva à união prematura .....</b>                                                                             | <b>59</b> |
| Entre o silêncio e a sobrevivência: como a falta de informação e as expectativas sociais empurram meninas para uniões prematuras em Moçambique ..... | 62        |
| <b>Uma história de amor que se transformou em terror ... “Eu pensava que ia ser princesa, mas fui tratada pior que uma escrava.” .....</b>           | <b>69</b> |
| A pluralidade da comunidade cigana em Portugal .....                                                                                                 | 71        |
| <b>Nota de agradecimento .....</b>                                                                                                                   | <b>75</b> |

## Prefácio

Para além das percepções - a escuta com rigor científico e a fala como resistência.

O presente trabalho, nascido do **Projeto MEMES – Meninas e Mulheres Empoderadas e com Saúde**, constitui-se como um marco em matéria da produção académica sobre Casamentos/Uniãoes Infantis, Precoces, Forçados, Combinados e/ou Arranjados (CUIPFCA).

Ao cruzar a abordagem teórica da equipa com o testemunho na primeira pessoa, este livro transcende a mera compilação de relatos; configura-se como um exercício de epistemologia ética, onde vozes, outrora silenciadas, se tornam a base para a compreensão de um fenómeno global e sistémico.

O Casamento/União Infantil, Precoce, Forçado, Combinado e/ou Arranjado não é um evento isolado, mas o resultado de uma arquitetura de desigualdades de género e idade, pobreza, desenvolvimento, relações desiguais de poder e lacunas jurídicas. Nas páginas que se seguem, os contextos de Bangladesh, Brasil, Etiópia, Guiné-Bissau, Moçambique e Portugal deixam de ser meros dados estatísticos em relatórios internacionais ou percepções, para se materializarem em trajetórias de vidas interrompidas. Estes testemunhos revelam como, em diferentes latitudes, esta prática nefasta é frequentemente utilizada como uma estratégia de “proteção” ou sobrevivência económica que, paradoxalmente, aniquila a agência e o futuro das crianças e jovens.

A inclusão de diferentes realidades é de particular relevância académica, política e intervenção que se deseja transformadora. Ao documentar casos e percursos, “Direitos Negados - Narrativas de Meninas e Mulheres” é exemplo da porosidade das fronteiras e da urgência de uma resposta robusta, assente em direitos humanos de meninas e mulheres com foco na sua participação, a que não podem faltar sistemas de educação e saúde que as protejam e empoderem.

Elisabete Brasil com Fatema Akter Beauty, Mariana Braga, Fatumata Djau Baldé,  
Adama Baldé, Benilde Nhalevilo e Marisa Oliveira

## Introdução

O Casamento/União Infantil, Precoce, Forçado, Arranjado e/ou Combinado (CUIPFAC) constitui uma das mais persistentes e complexas violações dos direitos humanos na contemporaneidade desta nossa humanidade partilhada.

Longe de ser um fenómeno estanque ou meramente cultural, o CUIPFAC opera na interseção entre as desigualdades de género e lugar que se ocupa nas famílias, a desvalorização das decisões e escolhas pessoais, a precariedade económica e a fragilidade dos sistemas de proteção jurídica sobre as crianças e, de forma desproporcional, sobre as meninas e mulheres.

O processo de recolha de testemunhos e narrativas resultou em textos de profunda carga humana e ética, que possibilitam uma análise multidimensional, percorrendo contextos geográficos e sociopolíticos distintos, para desconstruir os diferentes mecanismos que perpetuam estas práticas nefastas aos direitos fundamentais.

Casamento/União Infantil, Precoce, Forçado, Arranjado e/ou Combinado assume em cada país ou comunidade contornos particulares, frequentemente associado a uniões informais que surgem como estratégias de sobrevivência face à pobreza extrema, à falta de oportunidades educativas e, sobretudo, à naturalização de diferentes formas de violência e complexas formas interseccionais de discriminação.

Menos uma boca para alimentar, mais um par de braços para trabalhar.

Normas sociais e de género profundamente enraizadas e a vulnerabilidade ambiental exacerbam o risco para meninas/ raparigas, apesar dos esforços associados ao enquadramento legal e à criminalização. Encontramos lições valiosas sobre a dualidade entre o direito consuetudinário e o direito estatutário, a par do impacto positivo de intervenções comunitárias integradas, que enfrentam desafios estruturais na implementação de marcos legais que protejam efetivamente as crianças e adolescentes contra casamentos prematuros, gravidezes forçadas, prevalência de IST e outras formas de violência baseada no género e na idade num

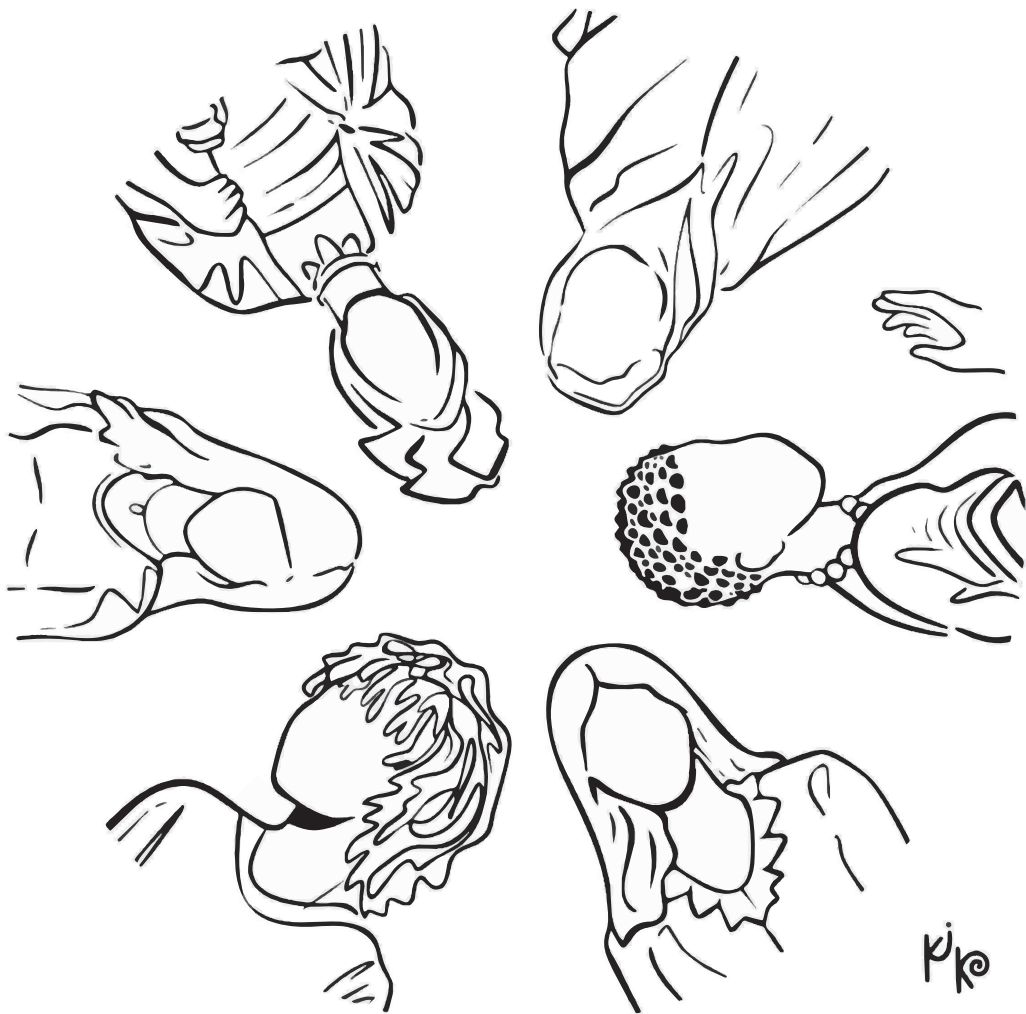
quadro de acentuadas assimetrias regionais, exigindo intervenções bimultilaterais robustas em matéria de abordagem e recursos.

Assim, este livro reúne contributos que transcendem a frequente exposição estatística, focando-se na agência das vítimas como fator de empoderamento e rutura com ciclos intergeracionais de violência e discriminação. Ao cruzar as experiências de seis países, este trabalho constitui-se como uma ferramenta promotora do pensamento crítico para profissionais, academia, juristas e decisão política empenhados na erradicação desta prática até 2030, conforme preconizado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Que a leitura destas narrativas de Meninas e Mulheres, vozes em tempos silenciadas, contribua para um debate rigoroso, informe e impulse intervenções que garantam o fim de ciclos de direitos negados e vidas sem adolescência. Garanta, sem exceção, todos os direitos fundamentais, a todas as meninas e mulheres em todas as famílias, comunidades e países; direitos acordados e plasmados, em inúmeros compromissos e normativos nacionais e internacionais.

Por e para todas, sem exceção, que vivem Direitos Negados, sejamos um repto à nossa/vossa humanidade partilhada.

Alice Frade e Elisabete Brasil



## Metodologia

A construção de uma metodologia e um espaço seguro para conhecer, apoiar e empoderar

Enquanto algumas culturas e comunidades veem os casamentos/uniões infantis, precoces, forçados, arranjos e/ou combinados (CUIPFAC) como formas de proteção económica ou preservação de valores e tradições, para a comunidade internacional, independentemente dos quadros legislativos em que se integram, representam violações graves de direitos humanos, do superior interesse das crianças, da autonomia, da agência, do consentimento e da decisão de crianças e jovens, maioritariamente do sexo feminino.

Em muitas comunidades são vistos como um ritual de passagem, um dever familiar, um preceito cultural e identitário de preservação de tradições e até de economias autóctones.

À margem dos modelos culturais, mas por eles frequentemente legitimados e reforçados correm os casos de CUIPFAC nas famílias em situações de pobreza ou vulnerabilidade social, agravados por exemplo por conflitos, desastres climáticos e migrações forçadas.

As relações sexuais dentro do casamento e a virgindade das meninas são associadas à preservação/defesa da honra da família e podem ser vistas como uma “moeda”, uma mais-valia onde o dote corresponde a uma entrada de recursos e, em simultâneo, à diminuição de despesas numa casa e reforço da “força de trabalho” na outra.

O trabalho que aqui se apresenta resulta de uma proposta de recolha de informação qualitativa, focada na compreensão das experiências, motivações e contextos sociais no âmbito dos CUIPFAC. Fazendo uso do modelo de entrevistas semiestruturadas ou da conversa de base antropológica, procurámos captar a “voz” das meninas/ mulheres, as dinâmicas de poder e os impactos invisíveis nos dados puramente estatísticos. A entrevistada com frequência narra as trajetórias antes, durante e após o casamento/união.

As entrevistas para recolha de testemunhos constituíram-se como experiências de encontro social aprofundado onde, mais do que a obtenção de respostas, se pretendia, num espaço seguro que permitisse aceder a diferentes camadas de confidencialidade, compreender a visão da interlocutora sobre a sua vida e o mundo, num tema frequentemente “naturalizado” como “cultura”, “tradição” ou prova de “respeito” no seu grupo de pertença e se necessário identificar apoio ou ajuda.

Com diferentes eixos teóricos de partida como Direitos Humanos, Género, Identidade, Pobreza, Cultura, Autonomia e Consentimento, construímos uma metodologia interdisciplinar com apoio da anamnese da psicologia histórico-cultural para apoiar a leitura e análise quer da complexidade da problemática quer do impacto de normas e narrativas culturais no desenvolvimento sociopsicológico e nas escolhas das adolescentes e jovens. Foram conversas fluídas que permitiram à mulher /jovem entrevistada seguir para os temas que considerava importantes e sempre que possível, questionar hesitações, silêncios e eventuais contradições – ponderar o imponderável.

Em diversas situações foi necessário recolher testemunhos em diferentes idiomas (bengali, amárico, oromo e crioulo) com apoio de familiares (mulheres) de confiança das entrevistadas, com recurso posterior a traduções/edições para inglês, francês e português. Alguns dos testemunhos depois de transcritos foram partilhados com as meninas /mulheres para que, depois da leitura, fizessem as alterações consideradas necessárias e dessem o seu acordo à publicação.

Transversais à generalidade dos depoimentos foi a presença de violência invisível, identificável na narrativa de agressões psicológicas e violações quotidianas dentro da relação e relatadas como naturais, os relatos sobre o abandono escolar, os limites às oportunidades de trabalho pago e até diminuição de perspetivas de futuro e manutenção de ciclos de pobreza.

Comuns foram, igualmente, a maternidade logo após o casamento com os inerentes riscos às gravidezes precoces, as fístulas obstétricas, a maior

vulnerabilidade a IST, a mortalidade materno-neonatal, mas também a maior propensão à violência doméstica e patrimonial. Desvalimentos que por vezes foram superados graças à intervenção de pessoas e instituições cujo apoio funcionou como gatilho transformador/empoderador.

Durante as entrevistas surgiram temas e problemáticas diversas e secundárias que optamos por não desenvolver, uma vez que introduziam complexidade e exigiam abordagens e intervenções que se desviavam do objeto central deste trabalho.

No decorrer das entrevistas e na sua transcrição para texto a publicar foi pontualmente necessário recolher informações sobre determinadas práticas e/ou ritos. E, perante dúvidas que dificultavam o entendimento, foi necessário recorrer à ajuda de informantes dos países e/ou comunidades e pesquisa documental de cariz etnográfico ou antropológico.

Percebemos a relevância de associar mais informações e reflexões sobre a temática, de modo a abrir mais linhas de análise e entendimento que possibilitem uma melhor leitura e intervenção. Foram identificadas pessoas peritas e/ou ativistas de/em cada um dos países, que convidámos a colaborar e cujos textos aparecem após cada um dos testemunhos.

Reconhecemos que a nossa presença, a apresentação do objetivo do trabalho e/ou expectativas tiveram influência na forma como o testemunho foi sendo narrado e posteriormente revisto, condicionamento que não desvirtua a veracidade e a ancoragem com a realidade vivida por cada entrevistada. Desafiante foi o entendimento e a perceção da lógica interna de cada contexto e a necessidade de tomar atenção à nossa linguagem não verbal e reações imediatas que poderiam ser percecionadas como condenação moral ou reforço empático e solidário.

Seguindo critérios éticos e de proteção, são usados pseudónimos para as pessoas e alterações dos nomes das localidades, como garante que o testemunho não coloca a pessoa em risco perante a sua comunidade ou família. Por decisão

das participantes, dois dos testemunhos são subscritos em nome próprio.

Partindo do conhecimento que tínhamos sobre o tema, das preocupações com a qualidade e utilidade das informações recolhidas, de referenciais aos direitos humanos e do enquadramento nos princípios metodológicos das ciências sociais, construímos um guia de entrevista aberta e semiestruturada por tópicos a que juntámos a certeza de recolher testemunhos e partilhar realidades num ambiente seguro que não abrisse cicatrizes, para além de prevenir eventuais estigmas e tipificações abusivas.

Este trabalho descarta toda e qualquer tentativa de generalização que tipifique a parte pelo todo, típica das narrativas populistas e estigmatizantes. Cada testemunho é uma narrativa de vida preciosa e protegida. Cada relato é único e qualquer generalização será abusiva e desproporcional.

No contexto MEMES, **“Direitos negados – narrativas de meninas e mulheres”, visa reforçar a importância de perceber o lugar de fala, as oportunidades, os percursos de vitimização e o impacto do não consentimento e da não autonomia, quer no desenvolvimento biopsicossocial, quer na realização de direitos e pleno potencial de cada menina e mulher.** É também um contributo para um maior e melhor conhecimento sobre Casamentos/Unões Infantis, Precoces, Forçados, Combinados e /ou Arranjados.



Kj

## **Infância, casamento precoce e ser mulher numa zona rural de Bangladesh<sup>1</sup>**

Lucy Begum tem atualmente 65 anos e mora em Tongi, no distrito de Gazipur, em Bangladesh. Lucy passou a infância na aldeia de Shuhilpur, no distrito de Brahmanbaria.

Nasceu numa família rural numerosa, composta por seis irmãs e um irmão. O pai trabalhava como agricultor, enquanto a mãe era responsável pela gestão da casa e pelos cuidados com os filhos.

Lucy era a segunda filha da família. Como resultado, começou a assumir responsabilidades desde cedo. Ajudava a mãe nas tarefas diárias e cuidava dos irmãos mais novos.

As relações com a família alargada foram fundamentais na sua infância. Vários parentes viviam nas proximidades, incluindo tios, tias e primos. Devido a este ambiente familiar próximo, Lucy cresceu rodeada de parentes que também eram seus companheiros de brincadeira e amigos.

Lucy lembra-se da sua infância como uma época repleta de brincadeiras e liberdade. Como muitas crianças da aldeia, passava a maior parte do tempo ao ar livre. Campos, lagoas e jardins serviam como espaços para brincadeiras e interação social. Ela lembra-se que as crianças costumavam reunir-se em grupos para brincar os jogos tradicionais da aldeia, nadar nas lagoas e correr pelos campos abertos.

A sua amiga mais próxima era uma menina chamada Laili. As duas meninas passaram grande parte da infância juntas. Lucy recorda com risos: “Costumávamos brincar o dia todo nos campos e perto das lagoas. Às vezes, colhíamos secretamente frutas ou flores das árvores de outras pessoas. Naquela época, parecia uma grande aventura.”

Embora Lucy frequentasse a escola, ela admite que preferia brincar a estudar.

“Eu adorava brincar. Estudar não era a minha atividade favorita naquela época.”

<sup>1</sup> O testemunho de Lucy Begum foi recolhido pela própria filha (Fatema Akter Beauty) seguindo os tópicos do guião aberto de entrevista. Fatema Akter Beauty tem experiência na abordagem e trabalho consolidado em matéria de prevenção de Casamentos/União Infantil, Precoces, Forçados, Combinados e/ou Arranjados.

Mais tarde na vida, porém, ela começou a refletir de forma diferente sobre a sua educação.

“Quando as minhas amigas começaram a casar e a deixar a escola, percebi que a educação era importante. Mas, nessa altura, já era tarde demais.”

Uma história de infância permanece especialmente viva na memória de Lucy. Aconteceu durante a cerimónia de aniversário da morte da sua avó, quando a família se reuniu para partilhar uma refeição. Lucy tinha cerca de oito ou nove anos.

Lucy explica: “Todas as crianças se sentaram juntas para comer. Achei a comida tão deliciosa que quis guardar um pouco para mais tarde. Então, escondi um pouco de comida numa panela.” No entanto, o plano não correu como esperado. “Quando voltei, um cão tinha levado a panela. Não pude comer nada. Chorei muito naquele dia.”

Hoje, lembra-se da história com humor, descrevendo-se como uma criança travessa.

Apesar da sua natureza brincalhona, ela lembra-se que as pessoas da aldeia gostavam muito dela.

Lucy descreve-se como uma criança enérgica e ativa.

“Eu era muito magra porque estava sempre a correr e a brincar. Era mais parecida com uma maria-rapaz.”

A sua aparência física também chamava a atenção. Lucy tinha pele clara e cabelo ruivo, o que era incomum na aldeia. Por causa disso, as pessoas às vezes chamavam-na de “Bilati”, um termo local que significa “senhora estrangeira”.

As opções de cuidados de saúde na aldeia eram extremamente limitadas durante a sua infância. Ir ao médico era raro e, muitas vezes, só acontecia em

situações graves. Os hospitais ficavam em cidades distantes, o que dificultava o acesso a cuidados médicos. Em vez disso, as famílias frequentemente procuravam ajuda espiritual (incluindo água benzida e orações) do imã local na mesquita. “Se alguém ficava doente, as pessoas iam ao imã e traziam água sobre a qual ele rezava. Acreditavam que isso podia curar a doença”.

A maior parte dos cuidados de saúde era prestada em casa, onde as mães e as mulheres mais velhas desempenhavam um papel crucial no cuidado dos familiares doentes.

Lucy frequentou a escola até à 4ª classe. Embora mais tarde tivesse interesse em continuar os estudos, as dificuldades económicas impediram a sua família de continuar a pagar a sua escolaridade.

“Eu queria estudar na cidade até à 6ª classe, mas os meus pais não tinham dinheiro suficiente para me mandar para lá.” Como resultado, a sua educação terminou numa idade precoce.

Esta experiência reflete um padrão mais amplo nas comunidades rurais da época, onde as restrições financeiras e as expectativas culturais muitas vezes limitavam as oportunidades educacionais para as meninas.

Na comunidade onde Lucy cresceu, o casamento precoce era uma prática comum e socialmente aceite. As famílias acreditavam que casar as filhas ainda jovens garantiria a sua segurança e proteção social.

“A maioria das meninas da aldeia casava aos 10 ou 11 anos. Se uma menina ficava mais velha, as pessoas ficavam preocupadas que ela não encontrasse um bom marido.” Essas expectativas culturais moldavam as decisões que as famílias tomavam em relação ao futuro das suas filhas.

Lucy casou aos 13 anos.

O casamento foi arranjado pelas famílias, de acordo com os costumes

da aldeia. Os anciãos de ambas as famílias discutiram e concordaram com o casamento. Lucy não teve muito envolvimento na decisão. Naquela época, era muito comum que os pais e parentes decidissem o casamento das jovens.

O pedido de casamento surgiu através de ligações familiares. Depois que a sua melhor amiga e prima, Laili, casou, o tio de Lucy propôs um casamento com um jovem da família alargada da sua esposa.

O noivo Mir Rowshon Ali de 21 anos, tinha dois irmãos e duas irmãs, e todos já eram casados, exceto ele. Era um pequeno empresário, também tinha algumas terras agrícolas e uma casa na aldeia. A sua família era um pouco mais abastada socialmente do que a família de Lucy. Os seus pais já tinham falecido, por isso o seu irmão mais velho e o seu tio atuavam como seus tutores.

Lucy lembra-se de estar ciente de que acabaria por se casar, já que muitas das suas amigas já o tinham feito. No entanto, não compreendia totalmente as responsabilidades que o casamento traria.

“Eu sabia que ia casar, mas não compreendia realmente o que isso significava.”

Naquela época, era muito difícil para uma jovem discordar da decisão dos pais sobre o casamento. O respeito e a obediência aos mais velhos da família eram valores culturais muito importantes, por isso a maioria das raparigas aceitava a decisão, mesmo que não a compreendesse totalmente ou não concordasse com ela.

O casamento de Lucy seguiu as tradições islâmicas locais. A cerimónia oficial, conhecida como Nikah, formalizou o contrato de casamento. Durante esta cerimónia, o noivo prometeu um presente em dinheiro à noiva, conhecido como Den Mohor (Mahr).

Várias celebrações tradicionais, tiveram lugar, antes do casamento. Entre elas, a cerimónia da Henna e a cerimónia Gaye Holud (pasta de curcuma que é

aplicada na pele da noiva por familiares, simbolizando purificação, boa sorte e uma pele bonita para o dia do casamento). Durante esses eventos, mulheres da família e vizinhas reuniram-se para celebrar com música, canções e danças. Lucy lembra que estes eventos criaram uma atmosfera de alegria dentro da casa.

De acordo com o costume local, a família da noiva organizou o banquete de casamento e a maioria dos preparativos, enquanto a família do noivo trouxe roupas e joias para a noiva.

Apesar das celebrações em torno do casamento, Lucy achou a transição para a vida de casada emocionalmente difícil. Deixar a casa dos pais e adaptar-se a uma nova família foi uma experiência dolorosa. Ela lembra: “Depois do casamento, chorei muito porque não queria deixar os meus pais.”

Como recém-casada, teve de aprender rapidamente a gerir as responsabilidades domésticas. Essas tarefas incluíam cozinhar, limpar e ajudar nos trabalhos agrícolas, quando necessário.

Após o casamento Lucy engravidou – tinha 13 anos.

Lucy tinha muito pouco conhecimento sobre gravidez ou saúde reprodutiva: “Eu não entendia nada sobre gravidez. Ainda era uma criança”. Informações sobre saúde da mulher raramente eram discutidas abertamente, e a maior parte do conhecimento era transmitida informalmente entre as mulheres mais velhas da família.

Para Lucy, os primeiros anos de casamento foram marcados por pesadas responsabilidades; ainda era muito jovem, por isso, no início, não foi fácil para ela. Tal como muitas raparigas que se casam cedo, teve de aprender rapidamente a gerir as responsabilidades familiares, apesar de ainda ser ela própria uma criança. No entanto, com o tempo, Lucy e o marido desenvolveram uma relação baseada na cooperação e no apoio mútuo. O marido, Mir Rowshon Ali, era um homem muito trabalhador e tentava sempre ajudar Lucy. Respeitavam-se mutuamente e

trabalhavam juntos para melhorar a situação da nossa família.

A vida na aldeia exigia trabalho físico constante, incluindo cozinhar com lenha, recolher água e cuidar da casa. Apesar desses desafios, Lucy adaptou-se gradualmente ao seu novo papel. Lucy Begum foi a única mulher de Mir Rowshon Ali.

Na família, a poligamia não era praticada. Mir Rowshon Ali tinha apenas uma esposa, Lucy Begum. “Embora a poligamia exista em algumas comunidades e países muçulmanos, não fazia parte da nossa vida familiar. Mas no nosso país, alguns homens fizeram isso e também vimos essas práticas em alguns parentes, especialmente na religião muçulmana.”

O casal Lucy Begum e Mir Rowshon Ali também tomaram, em conjunto, uma decisão importante sobre o planeamento familiar. Lucy queria evitar as dificuldades que os seus próprios pais enfrentaram com uma família numerosa. Depois de falar sobre o assunto com o marido, decidiram que teriam apenas dois filhos. Naquela altura, o governo do Bangladesh promovia programas de planeamento familiar e Lucy seguiu essas orientações, tomando a pílula anticoncepcional.

Como jovem esposa e mãe, esperava-se que Lucy cuidasse das tarefas domésticas, enquanto cuidava dos dois filhos (um rapaz e uma rapariga) e apoiava a vida familiar.

## Uma filha sobre o testemunho da sua mãe e a sua própria vida

**Fatema Akter Beauty |**

Mestre em Geografia e Ciências Ambientais | Ex-Diretora Geral de Compliance and Sustainability no Centro International Sourcing no Reino Unido | Hong Kong e Bangladesh, | Voluntária na Associação Renovar a Mouraria | Membro do Lisbon Project

Hoje, a minha mãe, Lucy Begum, fala sobre a sua vida com uma mistura de nostalgia e reflexão.

Recorda a felicidade da sua infância, mas também reconhece as dificuldades que enfrentou devido ao casamento precoce e à educação/escolarização limitada.

A sua história fornece uma visão valiosa sobre as experiências das mulheres nas zonas rurais e destaca as transformações sociais que ocorreram ao longo do tempo.

As meninas e as jovens geralmente não expressavam abertamente os seus sentimentos sobre o casamento. Muitas aceitavam a situação silenciosamente, por respeito às expectativas familiares e sociais. Às vezes, elas partilhavam as suas emoções e sentimentos apenas com amigas muito próximas ou parentes do sexo feminino. Na comunidade onde cresceu, a separação ou o divórcio eram muito raros e socialmente difíceis. As famílias e os anciãos da comunidade geralmente tentavam resolver os problemas e manter o casamento. Se um casamento acabasse, isso significava pressão social ou estigma, especialmente para a mulher.

Lucy frequentemente expressa a esperança de que as gerações mais jovens de meninas tenham maiores oportunidades. “As meninas de hoje devem estudar e construir o seu próprio futuro. A educação é muito importante.”

O testemunho de vida de Lucy Begum oferece uma visão poderosa das experiências vividas por meninas que cresceram em zonas rurais de Bangladesh, numa época em que o casamento precoce, a educação limitada e os cuidados de saúde restritos moldavam a vida das mulheres.

Através das suas memórias, obtemos uma compreensão mais profunda de como as tradições, as estruturas familiares e as condições económicas influenciaram as

oportunidades e os percursos de vida das mulheres. Como resultado, ela prometeu a si mesma que um dia lutaria para que a sua filha tivesse acesso à educação e não fosse como ela.

Ela era muito atenciosa e tinha uma visão de futuro. Graças a essa decisão, acreditava que poderia cuidar melhor dos filhos e dedicar-se à educação deles.

A educação era extremamente importante para a minha mãe. Ela acreditava firmemente que a sua filha e o seu filho deveriam ter oportunidades que ela nunca teve. Foi por isso que quis mudar-se para a cidade, onde as escolas e as oportunidades educativas eram melhores. Apesar de a nossa família ter recursos financeiros muito limitados e de ter perdido quase tudo na aldeia, os meus pais trabalharam arduamente e apoiaram-se mutuamente para que pudéssemos estudar adequadamente. Os seus sacrifícios fizeram uma grande diferença nas nossas vidas.

Hoje, o meu irmão e eu conseguimos construir as nossas vidas através da educação e do trabalho árduo. Na nossa comunidade, muitas pessoas falam com respeito dos meus pais, porque sabem o quanto eles lutaram e o quanto estavam determinados a criar um futuro melhor para os seus filhos. A força e a persistência da minha mãe são as principais razões pelas quais estamos na posição em que nos encontramos hoje. Apesar de ser muito jovem, ela era já muito inteligente, pelo que ouvi das minhas outras tias e dos mais velhos da nossa comunidade!

A vida de Lucy reflete a força e a resiliência que muitas mulheres desenvolveram em circunstâncias semelhantes.

A sua narrativa não é apenas uma história pessoal, mas também uma representação das experiências partilhadas por muitas mulheres da sua geração no Bangladesh. Documentar tais testemunhos é importante para preservar a história social e reconhecer a resiliência das mulheres que enfrentaram esses desafios.

Na minha perspetiva pessoal, o casamento infantil tem sido um problema grave no Bangladesh há muitos anos, especialmente nas zonas rurais, onde a pobreza, a pressão

social e a falta de educação influenciam as decisões familiares. No entanto, as coisas estão a mudar lentamente. **A educação, os programas de sensibilização e as oportunidades económicas para as raparigas estão a ajudar muitas famílias a repensar o casamento precoce. Quando as raparigas permanecem na escola por mais tempo, é mais provável que se casem mais tarde e se tornem mais independentes.**

No Bangladesh, existem várias razões por trás do casamento precoce. Em muitas comunidades, a pobreza é um fator determinante. As famílias acreditam, por vezes, que casar as suas filhas precocemente irá reduzir a pressão financeira sobre o agregado familiar. As normas sociais e as crenças tradicionais também desempenham um papel importante, uma vez que o casamento precoce é praticado há muito tempo em algumas regiões. As preocupações com a segurança das raparigas e a honra da família também podem influenciar os pais a arranjar casamentos em tenra idade. Além disso, a falta de educação e de sensibilização — especialmente nas zonas rurais — pode levar as famílias a acreditar que o casamento precoce é aceitável ou mesmo benéfico.

Na minha opinião, um dos pontos de viragem no Bangladesh no que diz respeito ao casamento precoce tem sido a crescente sensibilização e a ação coletiva por parte do governo, das ONG, das organizações internacionais e de setores como o da confeção. **A educação das raparigas, os programas de sensibilização da comunidade e as iniciativas no local de trabalho têm contribuído para uma mudança gradual de atitudes.**

No que diz respeito aos nossos casamentos, tanto eu como o meu irmão casámos com os nossos cônjuges por nossa própria escolha. Os nossos pais e os pais dos nossos cônjuges apoiaram as nossas decisões e ajudaram a organizar e a preparar as cerimónias de casamento. Eu tinha 23 anos quando me casei, e o meu irmão também se casou na mesma idade.

Em termos de formação, concluí dois mestrados, um em Geografia (Universidade de Dhaka) e outro em Gestão de Recursos Humanos (Instituto de Gestão de Pessoal, Bangladesh). O meu irmão concluiu a licenciatura numa

faculdade de renome em Dhaka Cantonment.

Tenho uma filha, que atualmente estuda Ciência de Dados em Portugal (foi por isso que nos mudámos). O meu irmão tem dois filhos: o mais velho está no 1.º ano numa faculdade de renome em Dhaka, e o mais novo vai entrar na escola no próximo ano.

Ao longo da minha experiência profissional, tenho trabalhado de perto nestas questões. Nas minhas funções anteriores no setor do vestuário — no Reino Unido, em Hong Kong e no Bangladesh —, trabalhei na área de Recursos Humanos e bem-estar nas fábricas e, posteriormente, em funções de conformidade e gestão. Nestas funções, fui responsável por garantir que as fábricas cumprissem as normas éticas, particularmente no que diz respeito aos direitos laborais.

Uma das minhas principais responsabilidades, era garantir que não fosse recrutada mão de obra infantil nas fábricas. Também trabalhei em estreita colaboração com os trabalhadores para sensibilizar sobre os riscos e os impactos negativos do casamento infantil. Organizámos sessões de formação e programas de sensibilização para incentivar os trabalhadores a não casarem os seus filhos em tenra idade e, em vez disso, a apoiarem a educação dos seus filhos.

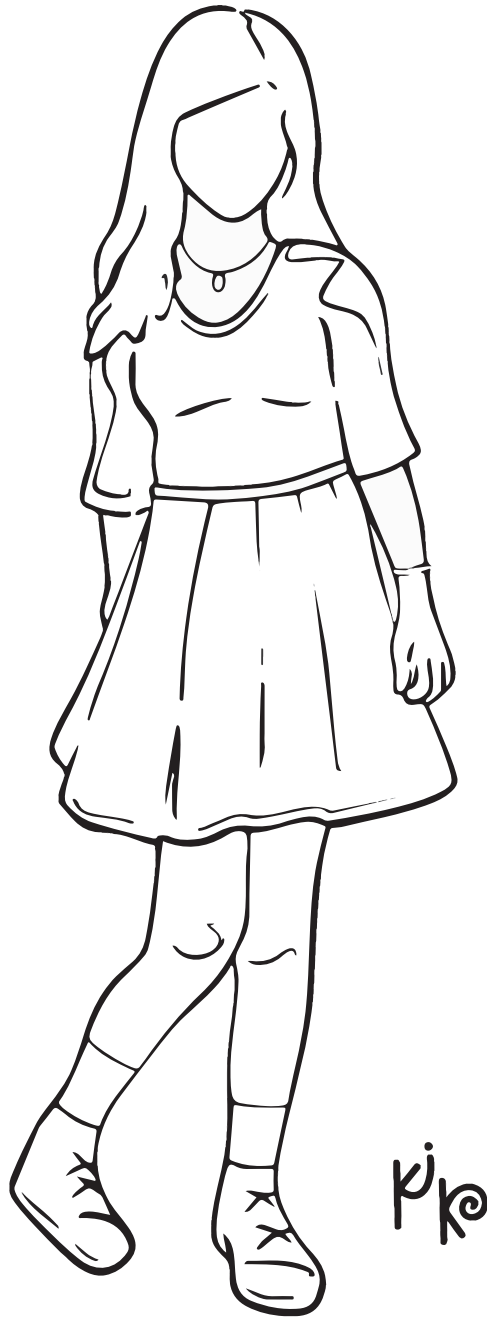
Durante o meu trabalho, colaborei com diversas organizações, incluindo ONG e organismos internacionais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), para apoiar programas de desenvolvimento relacionados com os direitos dos trabalhadores e a proteção infantil. No âmbito destas iniciativas, realizei entrevistas com trabalhadores sobre as suas experiências de vida. Muitos partilharam que eles próprios se tinham casado ainda muito jovens. Através destas conversas, tomei conhecimento das dificuldades que enfrentavam, tais como a interrupção da educação, desafios económicos e pressões de saúde ou emocionais.

Com base nessas experiências, ajudei a desenvolver e ministrar sessões de formação para trabalhadores, com o objetivo de sensibilizar sobre as consequências do casamento precoce e a importância da educação e do empoderamento das

raparigas. O objetivo era ajudar os trabalhadores a compreender esses desafios e incentivar mudanças positivas para a próxima geração.

Acredito também que os países de acolhimento e a comunidade internacional podem desempenhar um papel importante para além da criminalização do casamento infantil, precoce ou forçado. As leis são importantes, mas, por si só, não são suficientes. Deve haver também investimento na educação das raparigas, programas de apoio às famílias, iniciativas de sensibilização da comunidade e espaços seguros onde as raparigas possam expressar as suas aspirações. Empoderar as mulheres através da educação e de oportunidades económicas é uma das formas mais eficazes de reduzir estes casamentos a longo prazo.

Pessoalmente, as minhas reflexões também são inspiradas pela minha mãe. Ela sempre acreditou firmemente na educação, na resiliência e na dignidade. Os seus valores influenciaram a forma como vejo o meu papel, não só como profissional, mas também como alguém que pode contribuir, mesmo que de forma modesta, para uma mudança social positiva.



## Entre a religião e o abuso fomos o pagamento Aqui percebi que não sou livre<sup>2 3</sup>

Em casa éramos muitas crianças: cinco crianças filhas da mesma mãe e seis do mesmo pai. Havia mais adultos, como tias, primos, sobrinhos e avós. A casa era uma junção de muitas casinhas pequenas à volta de um grande espaço lajeado no interior. Tinha problemas porque não havia cômodos para todas as pessoas. Eu dormia com as primas e uma sobrinha, numa cama que fizemos com caixotes de fruta que estavam num morro perto. Havia segurança e espaço para brincar.

Lá em casa havia poucos recursos. Éramos crianças catadoras<sup>4</sup> para algumas coisas que podiam ser úteis. O meu pai e mãe trabalhavam; ele num ponto de socorro como motorista e panfleteiro ao fim de semana; a minha mãe como diarista<sup>5</sup> e fazia manicure ao domicílio. Só estavam em casa ao domingo. Alguns dos mais velhos também trabalhavam: pintores, empregadas domésticas, motorista de ônibus, assistentes de saúde e outras coisas. As crianças ficavam em casa com a tia e a avó que eram muito disciplinadoras. Íamos à escola perto e havia sempre uma ONG que arranjava lanche e material escolar que faltava muito lá em casa. A nossa roupa era sempre nova, porque a minha mãe dizia que o ar de pobre nos puxava para baixo e fechava o sorriso. Às vezes na igreja davam sacos com roupa e nós distribuíamos pelos mais pobres ou até para vender em mercados fora da cidade.

Não havia favelas onde morávamos, mas havia zonas vulneráveis e de pobreza. Era uma zona meio rural, onde as pessoas tinham alguns animais e um bocado de terra para cultivar legumes.

Os meus pais não nos deixavam andar muito na rua e todos os dias recebíamos a visita de um pastor e da sua família para rezarem connosco. Era uma família de muita fé evangélica.

Um dia a minha mãe disse que estava na altura de fazer o casamento de meninas antes que houvesse pecados e tentações. E no final de semana o pastor e a mulher trouxeram os seus filhos e outras pessoas para começarem a falar.

Eu e a minha prima Dilma não percebemos que era em nós que estavam a pensar. Começámos a ir a casa do pastor depois da escola para aprender algumas tarefas e ler livros

<sup>2</sup> Magali Barboza, Brasil.

<sup>3</sup> Testemunho recolhido por Alice Frade.

<sup>4</sup> Crianças que procuram no lixo.

<sup>5</sup> Trabalhadora a dias.

da catequese, com outras meninas e meninos. Ajudávamos nas tarefas de casa porque eles só tinham filhos rapazes.

Um dia o pastor chamou-me. Disse que eu ia casar com o filho Mateus, mas ia ser dele primeiro. Tive muito medo. Não fui capaz de falar sobre o que tinha acontecido, mas percebi que a minha prima falou com a mãe. A minha prima chorava muito, deixou de ir à escola, não dançava mais e mudou de quarto. Não percebi o que se passava até que a barriga começou a crescer. A mulher do pastor veio e marcaram o casamento com um dos filhos. Só mais tarde percebi que o pastor mexeu com ela (violou-a) e depois foi o filho que tinha 19 anos. A minha prima Dilma tinha 13 anos.

No casamento da minha prima marcaram o meu com o Mateus. Seria em abril. No dia seguinte falei com a minha professora e ela ajudou-me a fugir de casa. Fui para uma casa de religiosas que me protegeram durante algum tempo. Um dia, o meu pai apareceu para me ir buscar e disse que não ia haver casamento. Eu fui e antes de apanhar o ônibus ele deu-me uma grande surra e abusou de mim ali mesmo no meio do mato. “Antes de seres dele serás minha, como a tua mãe”, disse enquanto me violava. Fui direta para uma casa da família do pastor e nessa noite já lá dormi e servi o meu corpo dorido ao Mateus. Nunca mais fui à escola e passados alguns meses engravidei. Tinha muito trabalho em casa e como era muito jovem, pequena, trabalhava muito e era mal alimentada, o meu corpo rejeitou a criança. Morreu aos 7 meses, perdi muito sangue e estive muito mal no hospital. Quando voltei a casa, o Mateus tinha feito as nossas malas, íamos viajar para o exterior. Fomos para a capital do estado Piauí, onde vivemos quatro anos. O nosso casamento tinha sido registado, não me lembro quando, nem como. A minha cabeça estava muito fraca e doente, com depressão. Fizemos os passaportes e viajámos para Portugal. Ficámos a viver na Bobadela, num apartamento da Igreja.

O Mateus era meu amigo, mas às vezes ficava zangado porque eu não queria fazer algumas coisas. Havia uma grande diferença de idades: eu tinha 18 anos e ele 26 anos. Ele queria muitos filhos, mas a minha barriga estava seca. Fomos a uma consulta e fizemos tratamentos médicos. Era ele que me dava as injeções na barriga e me segurava as pernas. Eu engravidei ao fim de algum tempo e tive gémeos.

Um dia falámos sobre a nossa história. Foi então que soube que os meus pais tinham uma dívida com o pastor e que eu e a Dilma tínhamos sido o pagamento. O Mateus era um bom homem, mas eu não consigo gostar dele como oiço as outras meninas falarem. Um dia acho que me vou apaixonar como vejo na novela.

Aqui na conversa com outras meninas eu percebi que não sou feliz, que não sou livre. Até as minhas roupas são escolhidas pelo Mateus. Eu quero ir à escola, porque só fiz a 7ª classe, quero voltar a brincar, dançar e ouvir música, mas ele precisa de mim para ajudar a organizar as coisas na igreja. Ele diz que eu sou muito bonita, que não quer que outros vejam a minha beleza. Mas eu gostava de ter roupas coloridas, pulseiras, sapatilhas e um grupo de amigas como era no tempo da minha prima, em casa dos meus pais.

Vamos rezar e ver o que o futuro me reserva. Se eu lhe der mais filhos pode ser que ele me deixe ir à escola e fazer uma formação de manicure e abrir um atelier aqui perto. Eu quero muito ter um telemóvel, mas ele diz que não temos dinheiro para isso. Quando eu trabalhar vou comprar um, fazer fotos e ouvir muita música. Aqui a rádio não dá muita música e o Mateus diz que a música não ensina boas coisas. Eu quero aprender mais para ensinar os meus filhos e aprender a ser feliz como algumas histórias que eu oiço.

Nunca mais vi os meus pais, mas tenho saudades da minha mãe e primas. Não me lembro já de muitos dos nomes, a minha cabeça ficou fraca. O Mateus compra-me medicamentos, mas eu acho que o meu mal é tristeza espiritual. Espero que me deixe estudar para ser uma melhor mãe e mulher. Aqui em Portugal as meninas da minha idade não são casadas, estão a estudar ou a trabalhar. Uma enfermeira do centro de saúde já disse que me podia ajudar, mas eu tenho medo de levar uma surra como a que o meu pai me deu. Ainda hoje me dói. Quando me lembro daquela tarde até fico com febre. O Mateus diz que um dia vou esquecer, que é um pesadelo, porque ele foi o meu único homem, tem a certeza.

## Corpos sob tutela: religião, uniões precoces e violência estrutural contra meninas

Mariana Braga |

Psicóloga | Doutoranda em Ciências da Educação – Universidade de Coimbra

O testemunho apresentado revela, de forma contundente, como a violência baseada em gênero pode ser naturalizada e legitimada por estruturas familiares, religiosas e sociais profundamente patriarcais. Trata-se de uma narrativa marcada por múltiplas violações de direitos humanos — abuso sexual, união/casamento forçado, exploração reprodutiva, privação do acesso à educação e restrição da autonomia — vividas desde a infância e inscritas num contexto de pobreza, religiosidade coerciva e desigualdade de poder entre homens e mulheres.

À luz de *O mal estar na civilização*, Freud aponta que a vida em sociedade exige renúncias pulsionais impostas pelas normas culturais, produzindo sofrimento. No entanto, no caso deste testemunho, observa-se uma forma extrema de mal estar: não se trata apenas da renúncia necessária à convivência social, mas da aniquilação do sujeito feminino enquanto sujeito de direitos, de desejos, escolhas e palavras. A civilização descrita não protege; ao contrário, ela organiza e legitima a violência. As instituições que deveriam exercer uma função civilizatória — a família, a religião, o casamento — deixam de operar como instâncias de acolhimento, prevenção e proteção e tornam-se mecanismos de dominação e trauma contínuo. O sofrimento psíquico da narradora, expresso em lapsos de memória, depressão, medo, sintomas físicos e na própria dificuldade de nomear o que viveu, pode ser compreendido como efeito desse mal estar estrutural produzido por uma ordem social profundamente desigual.

Mais do que um evento traumático individual, a vivência narrada demonstra como o corpo feminino é transformado em moeda de troca — “o pagamento” de uma dívida — e como a diferença sexual é mobilizada para justificar hierarquias, submissão e silenciamento. A violência sofrida não constitui um desvio isolado, mas o resultado de um sistema que atribui aos homens autoridade moral, religiosa e sexual, enquanto reserva às meninas e mulheres a obediência, a pureza e a reprodução. O fato de o casamento ser apresentado como solução para o abuso evidencia como o próprio sistema patriarcal redefine a violência como “ordem” e “destino”, apagando

seu caráter coercivo.

Essa lógica ganha densidade institucional ao longo do relato. O patriarcado manifesta-se como um regime total: o pai que viola a filha, o pastor que abusa e negocia meninas, o marido que controla roupas, deslocamentos, maternidade e educação. Todos operam dentro da mesma lógica: a posse do corpo feminino enquanto dispositivo de poder. A religião, nesse contexto, aparece como instrumento de legitimação simbólica da violência. O discurso religioso é mobilizado para normalizar a união/casamento precoce, silenciar denúncias, impor o conformismo e substituir direitos por promessas espirituais (“vamos rezar e ver o que o futuro me reserva”). A violência não é apenas física, psicológica ou sexual; ela se estende às esferas moral, simbólica e epistêmica, produzindo a incapacidade da narradora de nomear e reconhecer sua própria condição de vítima.

Os dados da ONU indicam que o casamento infantil e o casamento forçado afetam milhões de meninas no mundo, estando fortemente associados à pobreza, a contextos de crises e a interpretações religiosas conservadoras. A ONU também reconhece que meninas casadas precocemente apresentam maiores índices de abandono escolar, complicações de saúde, gravidez precoce, depressão e exposição contínua à violência doméstica. Nesse sentido, o testemunho brasileiro dialoga diretamente com esse quadro global: a interrupção dos estudos, o controle da reprodução, o isolamento social e o medo permanente são elementos recorrentes nas estatísticas internacionais.

**No Brasil, esse quadro global assume contornos particulares. As uniões precoces e forçadas configuram um fenômeno estrutural, amplamente invisibilizado, sobretudo em contextos de pobreza e desigualdade.** Dados oficiais indicavam que, em 2022, mais de 34 mil crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos viviam em união conjugal no país, sendo 77% meninas, e 86,6% dessas uniões ocorrendo sob a forma de arranjos informais, sem registro civil ou religioso. Embora o casamento seja legalmente proibido para menores de 16 anos desde 2019, tais práticas persistem à margem da lei, muitas vezes legitimadas por famílias e comunidades como estratégia de sobrevivência econômica, controle da sexualidade feminina ou

resposta a gestações decorrentes de violência. Organismos da ONU destacam que o Brasil figura entre os países com maior número absoluto de uniões infantis no mundo, revelando uma contradição profunda entre o arcabouço legal de proteção à infância e a realidade concreta vivida por meninas. Essas uniões estão fortemente associadas à reprodução intergeracional da pobreza, reforçando a dimensão de gênero desse fenômeno e evidenciando que tais relações não podem ser compreendidas como fruto de consentimento livre, mas como produto de desigualdades estruturais, patriarcais e raciais persistentes.

Um aspecto particularmente significativo do relato é o desejo persistente de aprender, estudar, dançar, ouvir música, escolher roupas e ter um telemóvel. Esses desejos indicam que, apesar da experiência sofrida e dolorosa, a capacidade de se reconhecer como sujeito de direitos não foi inteiramente anulada. A comparação que a narradora faz entre sua vida e a das “meninas em Portugal” evidencia a consciência, ainda que dolorosa, de que outras formas de existência são possíveis. Essa percepção expõe o caráter histórico e social — e não natural — da opressão vivida.

Por fim, este testemunho convoca uma reflexão ética e política. Ele evidencia que a violência baseada em gênero não pode ser enfrentada apenas no plano individual ou psicológico. Trata-se de uma questão estrutural, que exige o enfrentamento do patriarcado, a responsabilização de instituições religiosas quando estas violam direitos humanos, a garantia do acesso à educação e a criação de redes de proteção que realmente rompam o ciclo da violência e do medo. **Não há bem estar possível numa civilização que se sustente sobre o sacrifício dos corpos e dos desejos das meninas.**



## Tenho 22 anos. Não tenho mais nada para contar<sup>6 7</sup>

A minha mãe nunca fez documentos e não se lembra da data do meu nascimento. Sabe que chovia muito nesse dia. Não fui à escola porque éramos pobres e havia sempre muitas bocas e corpos para alimentar e vestir.

A minha mãe tinha ido à escola durante algum tempo, quando os pais viveram em Nairobi, no Quênia. A minha mãe era uma mulher diferente. O meu pai também era diferente de outros homens e aceitava as decisões da minha mãe - ela era a segunda esposa, mas quem lhe tinha dado mais filhos.

Numa outra aldeia, havia um homem (parecia muito velho) que tinha muitas vacas e não tinha mulher porque morriam sempre. Havia perigo. Ele encontrou o meu pai, no caminho com as vacas, e falaram da vida. Eram de aldeias muito distantes, não havia hipótese de serem família. O meu pai reuniu, com ajuda do chefe comunitário, o líder religioso e alguns homens da aldeia para eles tratarem do assunto. Tinha muitas vacas e dinheiro que podiam pagar as cerimónias e ajudar a minha família a organizar tudo sobre o casamento. Era velho e não era o primeiro casamento, ele sempre ficava viúvo e sem filhos. Parece que alguns homens acharam que ele tinha de fazer algumas provas, mas isso não aconteceu porque ele não era do nosso grupo. Tinha feito as provas quando era jovem, antes do primeiro casamento e tinha muitas marcas de bravura no corpo.

Só mais tarde o meu pai e a minha mãe foram chamados para uma conversa sobre o possível casamento. Eu tinha 10 anos. Houve uma pequena festa onde eu não estive, nem sabia.

Não vivíamos longe da cidade, onde íamos ao mercado. A minha família concordou que o casamento fosse muito rico para reunir pessoas de várias aldeias que tinham ligação com a nossa, mesmo algumas aldeias “rivais”. Era importante pensar no futuro dos meus irmãos e irmãs.

Temos saúde e paz nas nossas casas. O meu irmão está a estudar para ser modelo e a minha irmã mais nova quer ser médica. Os meus pais vão poder ajudar os filhos e depois nós também ajudamos.

6 Liya, Etiópia.

7 Testemunho recolhido por Alice Frade.

Passado algum tempo, creio que cerca de um ano, chegou o meu vestido. Era muito lindo. Foi uma prima que vivia na Europa que o comprou. Aí percebi que ia casar. Não conhecia o meu futuro marido e não perguntei porque não me era permitido falar do assunto. Deram-me banho com argila e óleos. Pintaram partes do meu corpo para eu ficar “atraente”. Eu só tinha passado argila e óleos nas brincadeiras, quando era pequena.

Não me lembro do casamento.

Fiquei algum tempo com a família do meu marido, porque era o costume; ele diz que eu cá e perdi a memória.

O meu vestido está guardado com a minha mãe. Ela vai usar partes para fazer roupas para as minhas filhas.

Estou grávida pela terceira vez. Já dei duas filhas ao meu marido; têm 7 e 5 anos e estão na escola. Espero agora ter um menino para ele ficar mais contente. Vim, a Portugal, visitar uma prima, fiz consultas com uma médica e diz que está tudo bem com a gravidez, mas tenho de tomar ferro. Vou levar para casa porque não sei se há. Regresso em abril e o bebé nasce em agosto, quero muito que a minha mãe esteja comigo.

O meu marido deu-me dinheiro para esta viagem, dizia que eu andava triste. Conversou com a minha família e surgiu a ideia de visitar a minha prima Selami, pois somos parecidas e quase da mesma idade. Ele pagou todos os documentos e deu-me dinheiro para comprar vestidos coloridos e ofertas.

Com a Selami rimos muito, vemos televisão, vamos visitar parentes e falamos de coisas que gostamos. Aqui visto outras roupas e não faço o penteado tradicional – que o meu marido gosta muito - aqui usamos contas no cabelo. “

Liya exclamou: Tenho 22 anos. Não tenho mais nada para contar.

**Conversa com Selami, prima de Liya:**

Depois desta conversa aberta, com tradução do amárico e língua materna, gentilmente facultada pela prima Selami, e algum inglês e francês, percebemos que Liya era também sobrevivente de uma mutilação genital feminina, que teria sido “intervencionada” pela cunhada no dia do casamento para as relações sexuais serem possíveis.

Liya esteve hospitalizada e terá estado em coma durante algum tempo depois do casamento, não foi possível identificar a razão.

Segundo Selami, a Liya não é como as outras mulheres, não quer que o marido tenha mais esposas. Isso está na origem de alguma confusão na família do marido, dizem que ela é egoísta. A Liya tem medo de que assim que haja outra esposa ela morra como aconteceu com as anteriores mulheres do marido e sabe que precisa de apoiar as suas filhas e também os pais e irmãos.

Liya frequenta a escola quando está em casa, as aulas são na escola cristã local. Sabe ler, escrever e faz muito bem contas, quer ser contabilista. O marido tem muito orgulho nela.

Selami refere que Liya é uma mulher generosa e rica pelo casamento, ajuda muito a sua família. O marido cuida bem dela e dá-lhe presentes com frequência, mas às vezes também a magoa.

Selami não quer regressar à Etiópia, diz que está habituada a esta vida e ao trabalho que tem. Vive na Europa há muito tempo, desde criança, o pai era diplomata e vive em França. Está no Algarve, desde 2018, onde tem um espaço e clientes para as suas coisas e faz muitas viagens pelo mundo. Selami, vive atualmente no Algarve, onde tem um atelier de moda, joalheria e pintura, fez a sua formação na École Nationale Supérieure des Beaux-Arts em Paris. Selami terá mais oito anos que Liya.

Para o ponto focal para o fim dos casamentos infantis no escritório UNFPA na Etiópia, “o testemunho de Liya, casada devido a restrições económicas, é comum

às raparigas sujeitas a casamentos precoces e à prática da mutilação genital feminina. Liya e Selami são duas jovens mulheres que têm algumas oportunidades de aprender e ganhar visibilidade, incluindo interações com a Europa, o que não é a realidade para muitas mulheres e meninas das zonas rurais da Etiópia - onde a maioria das meninas não tem sequer acesso à educação básica local. É por isso importante lembrar que há diferentes formas de compreender e interpretar estes testemunhos, dependendo sempre do contexto”.

\*Liya e Selami foram nomes sugeridos pelas duas jovens mulheres referidas neste testemunho, não tendo relação com os nomes originais. Esta foi a forma escolhida para evitar qualquer posterior identificação.

## Entregue em casamento sem o seu consentimento

**José Roberto Luna |**

Responsável pelo Programa Global para o Fim do Casamento Infantil no Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA)

A história de Liya, na Etiópia, reflete a história de milhares de adolescentes em todo o mundo que enfrentam desafios decorrentes da pobreza, da vida no meio rural e da discriminação de género. Ela foi entregue em casamento sem o seu consentimento ainda muito jovem, tendo sido potencialmente submetida à mutilação genital feminina como um ritual de passagem para a vida sexual de uma mulher adulta, o que a levou a ter o seu primeiro filho por volta dos quinze anos.

A gravidez na adolescência, o casamento infantil, a mutilação genital feminina e as normas sociais de género injustas representam um conjunto de problemas sociais, económicos e culturais que violam os direitos humanos das adolescentes e podem pôr em risco a vida, a segurança e o desenvolvimento de Liya e de tantas outras meninas no mundo.

**Histórias como esta devem constituir um apelo à ação global para transformar esta realidade e substituir os 12 milhões de casamentos infantis que ocorrem anualmente a nível mundial por livros, para que as meninas permaneçam na escola;** os 21 milhões de gravidezes que ocorrem em adolescentes no mundo devem ser substituídos por informação e serviços sobre saúde sexual, e o risco de 4 milhões de meninas no mundo em risco de serem submetidas à mutilação genital feminina deve deixar de existir e ser substituído por mais informação e tomada de decisões por cada mulher e menina que habita este mundo sobre os seus corpos, as suas vidas e o seu mundo, o nosso mundo.

Reverter estas realidades requer o **compromisso das sociedades no seu conjunto, dos governos, das comunidades, das famílias e de cada pessoa para transformar realidades que impedem o progresso da igualdade de género e dos direitos humanos a nível mundial.**



Kjko

## **“O corpo tem de descansar “.....a história de uma menina esposa”<sup>8 9</sup>**

A mãe não sabe o dia em que ela nasceu. Só sabe que foi durante as chuvas, num ano em que houve muitos desgostos na família. Para fazer o cartão de identidade, escolheu a data do nascimento da avó paterna e o ano em que morreu a avó materna. Hoje tem 31 anos e é casada pela segunda vez. Tem seis filhos vivos e quatro mortos. Não se recorda como conheceu o primeiro marido.

“Era alguém que estava sempre lá em casa. Era muito amigo do meu pai e do meu tio, desde a escola, tinham estado juntos na tropa e a primeira mulher (falecida) era familiar da minha tia.

Eu tratava-o por tio e ele dava-me presentes; lembro-me de elásticos brilhantes para o cabelo, pentes de osso e umas pulseiras com flores. Também levava sacos de milho, arroz perfumado, carne, cabras e outras coisas para casa. Lembro-me de uns panos que trouxe de uma viagem à Nigéria. Havia uma mulher (Nema) que também visitava a nossa casa e era amiga da minha tia – também falava comigo e dava panos à minha mãe. Naquele tempo, não sabia que estava a conviver com o meu futuro marido (Bienhi) e a sua primeira esposa.

O meu tio, irmão da minha mãe, chamava-me sempre para junto deles para ouvir as suas histórias de viagens e ensinamentos. O meu tio tinha estudado em Marrocos e na Líbia, tinha feito duas vezes a peregrinação a Meca, conhecia toda a sub-região e na Europa conhecia Portugal, Espanha e Suíça. A minha tia era doente dos nervos e eu, quando não tinha escola ou depois das aulas, ia lá para casa fazer-lhe companhia e ajudar, porque ela só tinha filhos rapazes.

A minha mãe tinha muito trabalho, porque éramos uma família muito grande com muitas crianças e pessoas idosas para cuidar.

Um dia, quando regressava com a minha tia, estava uma grande assembleia de anciãos, homens e mulheres grandes, junto à nossa casa. Só mais tarde soube que tinha sido a cerimónia de “abrir a boca” para marcarem o meu casamento, com bebida de caju fermentada, distribuída à comunidade pelo meu futuro marido (que eu ainda não sabia quem era). Nunca tinha pensado em casamento até àquele dia.

<sup>8</sup> Binta, Guiné-Bissau.

<sup>9</sup> Testemunho recolhido por Alice Frade.

<sup>10</sup> Conversa em que são acordados os termos do casamento/união.

Passado algum tempo, não sei se dias ou meses, a minha mãe chamou-me e com a minha tia puseram o pano branco na minha cabeça e o meu pai apresentou-me o Bienhi como meu futuro marido. Fui casada logo de seguida.

A Nema (primeira mulher), também estava presente - ao lado da minha tia. Disse-me que tinha ajudado a escolher-me quando eu ainda não andava na escola e que me ia ensinar a ser uma verdadeira mulher grande.

Foi uma cerimónia tradicional. A partir daquele momento eu pertencia ao meu marido e à sua família e devia estar preparada para lhe dar filhos. Eu sabia que para lhe dar filhos tinha de deixar que ele fizesse coisas no meu corpo. A minha tia tinha-me ensinado muitas coisas, mas eu não sabia que doía tanto e que não podia chorar. Ele era velho e muito forte, eu era muito pequena.

Engravidei. Nunca fui ao hospital nem a um médico. A Nema cuidava de mim e havia uma enfermeira de uma associação que passava lá na tabanca. Falava comigo e explicava-me algumas coisas sobre alimentação e cuidados com o bebé, mas quando foi o parto ela não estava. Só conheceu o meu filho mais tarde e levou-nos aos dois ao médico para fazer as vacinas.

Engravidei uma segunda vez passado pouco tempo e dessa vez já fui ao médico no posto de saúde e o parto foi com uma médica. Nasceu uma minha filha fêmea. Engravidei outra vez e passei muito mal. A criança nasceu viva, mas com uma doença grave – hidrocefalia. Foi para a casa da Primeira Dama, mas não resistiu. O meu marido morreu quando eu estava grávida pela quarta vez. Eram gémeos, morreram no parto, eram feiticeiros.

Eu era uma mulher respeitada porque tinha casado pela tradição, mas não tinha quem me protegesse. E tinha ainda duas viúvas do meu defunto que eram mais velhas, a quem eu tinha de obedecer. Foi um tempo difícil.

Eu tinha dois filhos, sabia cozinhar e algumas letras, mas a vida na tabanca era difícil. Uma mulher ajudou-me e fui para Bissau com os meus dois filhos, trabalhar

numa casa onde havia quarto para nós.

Em Bissau, conheci o meu atual marido. Ele não é da minha etnia, mas é bom para mim. Deixou-me voltar à escola e até arranjou uma explicadora branca para mim e para os meus filhos. Fizemos um casamento tradicional e um europeu, para eu ter documentos, porque ele queria que eu viesse com ele para a Europa. Tivemos um filho na Guiné, que nasceu no hospital e os outros três em Espanha. Vivemos seis anos em Espanha e agora estamos de passagem para a Gâmbia, onde ele tem negócios de construção e madeiras. Não sei se vamos ter mais filhos, o corpo tem de descansar. O meu marido precisa da minha ajuda nos negócios e para tratar dos filhos - são seis, estão todos a estudar. Ele quer que a mãe venha viver connosco porque está muito velhinha e tem diabetes. Eu não quero voltar à Guiné, nem para morrer. Não tenho saudades.”

A Binta completou o equivalente ao 9º ano. Frequentou em Espanha um curso de cozinha e em Portugal está a terminar a formação de auxiliar geriátrica, enquanto tem aulas de inglês. Quer fazer ainda um curso de contabilidade e administração para ajudar no negócio da família. O marido concluiu em Espanha uma formação em desenho técnico e sustentabilidade ambiental; em Portugal está a estudar informática nos negócios e inglês.

A Binta não vai arranjar o casamento dos seus filhos – “só as festas se quiserem”. Quer que façam casamentos por amizade e amor como ela fez com o seu segundo marido.

\*Binta foi o nome sugerido pela jovem referida neste testemunho, não tendo relação com o seu nome original. Esta foi a forma escolhida para evitar qualquer posterior identificação.

## Casamento tradicional, infantil e forçado na Guiné-Bissau

**Fatumata Djau Baldé |**

Ativista | Doutoranda em Estudos de Género - Universidade Nova de Lisboa |  
Presidente da AMAR

Os casamentos tradicionais, infantis, forçados e precoces na Guiné-Bissau, frequentemente, correspondem a formas diversas de casamento/união infantil, precoce, forçado, arranjado e/ou combinado. Esses casamentos constituem uma prática cultural enraizada na vivência dos vários grupos étnicos que compõem o país. É uma tradição baseada no funcionamento do sistema patriarcal onde a decisão da escolha do noivo é tomada pelos mais velhos e, fundamentalmente, pelos homens. A decisão da jovem menina ou, muitas das vezes, da sua mãe não é tida em conta.

Este tipo de casamento/união varia de etnia para etnia. Mas, em todas, quem decide com quem a jovem menina vai casar são os pais ou elementos masculinos da família, a família do pai e muitas vezes a própria comunidade. Essa prática ainda existe em diferentes grupos étnicos, especialmente, nas zonas rurais. Constitui uma instituição social central, caracterizada pela sua natureza coletiva e pela forte influência de estruturas familiares, económicas e culturais. Longe de representar uma escolha individual, o casamento é concebido como uma aliança entre famílias nucleares, alargadas ou grupos de parentesco, inserindo-se num sistema de relações sociais que ultrapassa a decisão do casal.

A análise do testemunho da jovem mulher guineense sobre práticas de casamento tradicional, infantil e forçado na Guiné-Bissau é realizada à luz de três instrumentos jurídicos fundamentais de direitos humanos, dos quais o país é Estado Parte: o Protocolo de Maputo, a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Carta Africana dos Direitos e do Bem-Estar da Criança.

O testemunho de Binta evidencia a coexistência entre práticas culturais tradicionais e violações de direitos fundamentais, particularmente no que diz respeito à proteção da criança e à igualdade de género.

Binta descreve elementos característicos do casamento tradicional, como a cerimónia de “abrir a boca”, a intervenção de anciãos e a transferência simbólica da jovem para a família do marido. Estas práticas refletem uma organização comunitária em que o casamento constitui uma aliança entre famílias, frequentemente mediada por trocas materiais e decisões coletivas.

Contudo, apesar do seu valor cultural, tais práticas colidem com normas internacionais quando não respeitam o livre consentimento e informação das partes (noivos).

### **Casamento infantil e violação dos direitos da criança**

O testemunho é uma clara ocorrência de casamento infantil, uma vez que a jovem foi prometida, dada e forçada a casar ainda em idade escolar, sem maturidade física ou psicológica.

De acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança, a criança deve ser protegida contra todas as formas de abuso e práticas prejudiciais ao seu bem-estar (artigos 19.º e 24.º). O casamento precoce compromete: o direito à educação, o direito à saúde e ao desenvolvimento integral da criança.

Por sua vez, a Carta Africana dos Direitos e do Bem-Estar da Criança estabelece explicitamente, no seu artigo 21.º, a obrigação dos Estados de eliminar práticas sociais e culturais prejudiciais, incluindo o casamento infantil, fixando a idade mínima de casamento em 18 anos, o que não se verificou neste caso.

### **Casamento forçado e ausência de consentimento**

O testemunho de Binta demonstra que não participou na decisão do seu casamento, tendo sido informada apenas após a sua formalização. Este facto caracteriza o casamento como forçado.

Recorrendo ao Protocolo de Maputo vemos claramente espelhado no seu artigo 6.º, que o casamento só deve ocorrer com o consentimento livre e pleno de ambas as partes. A ausência desse consentimento constitui uma violação direta dos direitos humanos da mulher. O referido protocolo estabelece ainda a idade mínima de 18 anos para o casamento, reforçando a proteção contra uniões precoces e forçadas.

Consequências graves associadas ao casamento precoce e forçado visíveis no texto:

- a dor física e trauma (“não sabia que doía tanto”);
- múltiplas gravidezes precoces (não tem autonomia nem conhecimento para decidir se quer ou não e quando ter filhos);
- mortes dos filhos; e:
- a falta de acompanhamento e acesso a cuidados médicos; tudo isso lhe causou forte sofrimento físico e psicológico.

Estas consequências de casamentos precoces em que a menina é ainda criança e que o seu corpo não está desenvolvido para as transformações que uma gravidez impõe, reforçam o elevado nível de pobreza, isolamento e acesso limitado à saúde. Desta forma violam o direito à saúde consagrado tanto na Convenção sobre os Direitos da Criança como no Protocolo de Maputo, que reconhecem o direito das mulheres à saúde sexual e reprodutiva.

Adicionalmente, a submissão à família do marido e a poligamia evidenciam desigualdades estruturais de género, limitando a autonomia da mulher.

### **Dimensão económica**

O casamento tradicional infantil e precoce tem uma forte dimensão económica, o que contribui para a sua perpetuação.

No testemunho de Binta observa-se a entrega de bens materiais como arroz, milho, animais e panos, por parte do futuro marido à família da rapariga. Estas práticas podem ser interpretadas como formas de compensação simbólica ou material, frequentemente associadas a sistemas de dote ou “preço da noiva”.

Este mecanismo cumpre várias funções: reforça alianças económicas entre famílias, representa uma forma de segurança material e atribui um valor económico à rapariga no contexto familiar. Conhecemos casos na Guiné-Bissau em que meninas, após recusarem os chamados casamentos arrançados, fogem das suas comunidades, sendo posteriormente pressionadas a regressar devido à exigência de devolução do dote à família do noivo. Estas situações evidenciam o peso das obrigações económicas e sociais na manutenção do casamento.

As questões económicas também favorecem práticas prejudiciais como o incentivo ao casamento precoce, como estratégia de sobrevivência, e a redução da menina a um ativo económico, limitando a sua autonomia.

À luz dos instrumentos jurídicos internacionais, esta realidade levanta preocupações significativas. O Protocolo de Maputo apela à eliminação de práticas que subordinem a mulher a relações de dependência económica e social. De igual modo, a Carta Africana dos Direitos e do Bem-Estar da Criança condena práticas culturais que prejudiquem o bem-estar da criança, incluindo aquelas motivadas por interesses económicos.

O dote, embora não represente formalmente a “compra da mulher”, constitui um mecanismo de circulação de bens e de formalização de compromissos entre famílias, funcionando como garantia de responsabilidade e de reconhecimento social (Rodrigues, 2023)<sup>11</sup>. Culturalmente interpretado como um sinal de respeito o dote pode também ser analisado como um elemento que reforça a posição subordinada da mulher, ao associá-la a processos de negociação e circulação de bens o que tem implicações em termos de desigualdade de género.

Numa análise crítica desta tradição, os interesses familiares e económicos

<sup>11</sup> Rodrigues, S. L. (2023). Práticas culturais e casamento tradicional entre os Balanta Kwntoi. UNILAB.

estão profundamente incorporados em relações de gênero desiguais com impactos profundos. O casamento pode ser interpretado como parte de uma economia simbólica onde as mulheres, de todas as idades, são integradas em redes de troca social, contribuindo para a reprodução das estruturas de poder.

A análise evidencia que o casamento tradicional não pode ser compreendido apenas como prática cultural, devendo também ser interpretado no contexto das condições socioeconômicas que o sustentam.

A segunda fase do testemunho revela um percurso de emancipação, onde o acesso à educação, ao casamento por escolha “amizade e amor” e a rejeição da tradição para os filhos e filhas contribuíram para uma mudança significativa da sua vida. A Binta rejeita explicitamente a reprodução dessas práticas para os seus filhos e filhas, defendendo casamentos baseados no afeto e consentimento. Esta última parte, marca uma mudança geracional e mostra a resistência e dinâmica associadas à transformação cultural.

A educação associada à oportunidade de mobilidade e políticas públicas empoderadoras tem um papel fundamental na transformação e apropriação de normas sociais e culturais.

A análise das relações de gênero nos casamentos/uniões infantis, precoces, forçados, arranjos e/ou combinados tradicionais na Guiné-Bissau pode ser aprofundada através da teoria da dominação masculina proposta por Pierre Bourdieu. As desigualdades de gênero não se mantêm apenas por imposição externa, mas também através de mecanismos de violência simbólica, isto é, formas de poder invisíveis que são interiorizadas pelos próprios indivíduos como naturais, podendo as próprias vítimas da dominação contribuir para a sua reprodução. No sul da Guiné-Bissau, há relato de casos em que mulheres mais velhas participam na pressão sobre jovens meninas para aceitarem casamentos forçados, ou mesmo em situações de violência contra aquelas que tentam resistir. Isto reflete o que designa por *habitus*, ou seja, disposições internalizadas que orientam práticas e percepções.

Neste contexto isso pode manifestar-se, por exemplo, no facto de mulheres mais velhas desempenharem um papel ativo na transmissão de normas que limitam a autonomia das mais jovens, como a aceitação de casamentos arranjados ou a valorização da obediência feminina. Pode assim, não se tratar de uma submissão consciente ou forçada em todos os casos, mas de um processo social em que as estruturas de poder são reproduzidas através da socialização e da cultura.

Além disso, as transformações sociais contemporâneas — como a escolarização, a urbanização e a difusão de programas e políticas públicas baseada em direitos fundamentais e em princípios de igualdade de género — têm vindo a questionar a autoridade tradicional e a promover uma maior participação feminina nas decisões familiares. No entanto, estas mudanças coexistem com práticas tradicionais, evidenciando a persistência de estruturas simbólicas de poder.

**Atualmente são públicos os relatos de meninas acolhidas por instituições religiosas, por organizações de sociedade civil e até por pessoas individuais, após fugirem de casamentos que não desejaram e nem escolheram, o que é sinal de resistência e contestação.** Embora as estruturas tradicionais permaneçam fortes, existem dinâmicas de mudança e transformação social.

## Conclusão

Uma análise crítica da história da Binta mostra que o casamento tradicional não é apenas “uma tradição”, ele envolve relações de poder, desigualdade de género e sobretudo o controlo das decisões e do corpo feminino. Ele integra sistemas sociais seculares de dominação masculina e de patriarcado tóxico e está ligado à sobrevivência e organização comunitária. O que nos permite concluir que, embora o casamento tradicional desempenhe um papel na organização social da Guiné-Bissau, determinadas práticas associadas como o casamento infantil e forçado constituem violações claras dos instrumentos internacionais e regionais de direitos humanos ratificados pelo país, que impõem obrigações claras ao Estado no sentido de proteger crianças e mulheres contra práticas prejudiciais.

**Assim, torna-se fundamental promover: a educação das raparigas, a sensibilização comunitária sobre o respeito dos direitos humanos e a aplicação efetiva da legislação como forma de garantir a harmonização entre tradição e respeito pelos direitos humanos.**

## O impacto de um casamento arranjado: casada com alguém com perturbação mental<sup>13</sup>

Tem 22 anos. Nasceu, cresceu e estudou em Gabú até concluir o 12.º ano. Sempre viveu com a família. Depois de terminar o ensino secundário, adoeceu durante dois anos, o que a impossibilitou de ingressar na universidade. Foi um período difícil, em que permaneceu em casa em recuperação e viu os seus planos de continuidade de estudos interrompidos.

Após esse período, começou a sentir uma forte pressão familiar e social para o casamento. Na sua comunidade existe uma forte expectativa cultural de que a mulher deve casar e não permanecer na casa dos pais. Como as suas irmãs mais novas já estavam casadas, essa pressão tornou-se ainda mais presente. Assim, a família iniciou a procura de um marido para ela.

Um dia, foi chamada a casa e encontrou a mãe sentada com uma mulher desconhecida, a sua futura sogra. Foi-lhe dito que era a mãe do homem com quem iria casar. Não lhe foi perguntado se aceitava. Não conhecia o homem e não teve oportunidade de o conhecer previamente.

O casamento foi tratado rapidamente entre as famílias. O noivo quase não esteve presente durante o processo, tendo aparecido apenas uma vez acompanhado pela irmã. A família dele respondeu com rapidez às exigências relacionadas com o dote.

Após o casamento, foi levada para viver numa tabanca numa região vizinha, Bafatá. Era uma zona muito isolada, de difícil acesso, onde não circulam carros e onde as compras são feitas apenas uma vez por semana, nos dias de lumu, a feira local. As condições de vida eram muito diferentes daquelas a que estava habituada em Gabú.

Foi já nesse contexto que percebeu que o marido tinha problemas de saúde mental. Mais tarde, soube que tinha sido deportado da Europa por esse motivo e que consumia maconha. No entanto, a família dele justificava o seu comportamento dizendo que era vidente.

13 Testemunho recolhido por Adama Baldé.

Durante os dois meses em que viveu neste casamento, sofreu agressões físicas frequentes. Houve episódios de violência que lhe causaram ferimentos graves, sobretudo na zona dos olhos, chegando a temer pela sua visão. O marido também a expulsava do quarto e apresentava comportamentos instáveis, incluindo ausências prolongadas durante a noite.

A vida na tabanca era marcada pelo isolamento. Não tinha rede de apoio nem contacto fácil com a família. As condições de alimentação eram precárias e o ambiente era de silêncio e medo. As outras mulheres da comunidade conviviam com ela, mas evitavam abordar diretamente a situação.

Com o passar do tempo, a situação tornou-se insustentável. Decidiu então contactar o pai e relatar o que estava a viver. O pai deslocou-se à tabanca, confirmou as condições em que a filha se encontrava e decidiu pelo seu regresso.

Ainda houve tentativas por parte da família do marido para que permanecesse mais algum tempo, mas a decisão de saída manteve-se. No dia em que deixou a tabanca, voltou a ser agredida.

Após o regresso, algumas pessoas da comunidade referiram que já conheciam a situação, mas não tinham falado por medo.

O caso teve impacto na família e acabou por ser comunicado às autoridades, que atribuíram responsabilidades aos pais.

Actualmente, reconstrói a sua vida e é árbitra de futebol, estando também envolvida em actividades associativas. Mantém o sonho de ingressar no Instituto Nacional de Educação Física (INEF) ou na área de Administração na Escola Nacional de Administração (ENA), para continuar os seus estudos e construir o seu futuro.

## Este casamento como facto social estrutural

**Adama Baldé |**

Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais | Mestranda em Gestão de Projectos |  
Consultora em Género e Direitos Humanos | Coordenadora de Projectos

Tal como evidenciado neste caso, importa sublinhar que, embora exista um elemento de desconhecimento relativamente à condição de saúde mental do cônjuge, a situação não pode ser analisada como um episódio isolado. Na Guiné-Bissau, sobretudo na região de Gabú, é relativamente comum a ocorrência de casamentos arrançados envolvendo pessoas com perturbações mentais ou condições de saúde não devidamente reveladas, o que expõe fragilidades profundas ao nível da proteção dos direitos das mulheres.

Este fenómeno revela, antes de mais, a força da pressão social que recai sobre as jovens. No contexto guineense, uma mulher de 22 anos já é frequentemente vista como estando em idade “avançada” para o casamento, mesmo quando ainda se encontra em fase de construção do seu percurso académico. De facto, muitas jovens não chegam a concluir o ensino secundário, sendo o casamento priorizado em detrimento da formação superior.

Observa-se igualmente uma pressão social intensa entre os 16 e os 25 anos para que as raparigas casem e constituam família. Em muitos casos, prevalece a crença de que casar e ter filhos é mais importante do que investir na educação. Esta lógica é reforçada por discursos culturais e conselhos transmitidos no seio familiar e comunitário, segundo os quais “uma mulher completa deve casar”, ou ainda que, independentemente do seu nível de instrução, uma mulher que não casa “não é nada”. Tais narrativas evidenciam uma construção social que reduz o valor da mulher à sua condição conjugal.

Outro elemento central é a limitação da autonomia feminina. A recusa de um casamento proposto pela família pode ser interpretada como falta de educação ou desrespeito. Neste quadro, a “boa filha” é frequentemente aquela que aceita

o casamento escolhido pelos pais e que permanece nele, mesmo em contextos adversos. Esta expectativa social compromete o princípio do consentimento livre e informado, fundamental em qualquer união.

Paralelamente, é frequente a valorização do estatuto de emigrante como critério de escolha matrimonial. Muitos homens que residem no estrangeiro são vistos como parceiros ideais, associados à possibilidade de mobilidade social e acesso à Europa. Contudo, na prática, estes casamentos nem sempre correspondem a projetos conjugais efetivos. Em diversas situações, as mulheres permanecem no país de origem, assumindo funções de cuidado dos familiares do esposo, enquanto este mantém uma vida independente no exterior. O casamento torna-se, assim, um instrumento de projeção social e manutenção de vínculos familiares, e não necessariamente uma relação de parceria.

No que respeita à saúde mental, o caso evidencia também um contexto de forte estigmatização e desinformação. Perturbações mentais são, por vezes, reinterpretadas à luz de crenças espirituais, sendo associadas a dons ou capacidades especiais, como a vidência. Esta interpretação contribui para a ocultação de diagnósticos e para a ausência de acompanhamento adequado, colocando em risco não só a pessoa afetada, mas também quem com ela convive.

Acresce a este quadro a existência de dimensões de experiência que permanecem não verbalizadas ou apenas parcialmente partilhadas pelas vítimas. A referência a situações que “não podem ser explicadas” sugere a presença de formas de violência, controlo ou sofrimento que escapam à linguagem direta, seja por medo, vergonha, normalização ou ausência de espaços seguros de escuta. Este silêncio não deve ser interpretado como ausência de gravidade, mas antes como indicador de contextos onde determinadas práticas são socialmente invisibilizadas ou difíceis de nomear. Assim, o não dito torna-se, ele próprio, um elemento analítico relevante, revelando limites estruturais à expressão da experiência feminina e à denúncia da violência.

Por fim, destaca-se a **normalização da violência baseada no género e o silêncio comunitário que a sustenta**. O facto de membros da comunidade terem conhecimento da situação e não terem intervindo demonstra como a violência conjugal é frequentemente tratada como assunto privado, o que dificulta a sua denúncia e perpetua ciclos de abuso.



## A vida sufocada e sem informação que leva à união prematura<sup>14 15</sup>

“Nasci em Inhambane, na cidade de Maxixe, em 1982, numa zona urbana, numa família com condições aceitáveis. O meu pai trabalhava e a minha mãe era doméstica. Éramos cinco irmãos, hoje somos três do mesmo pai e da mesma mãe, mas, da parte do meu pai, éramos doze irmãos. A minha mãe era considerada a esposa principal, pois foi a única com quem ele casou oficialmente.

Naquela altura, achávamos que tínhamos tudo: informação, conhecimento e boas condições de vida. Comecei a escola com 6 anos e frequentei até à 5ª classe. O meu pai trabalhava numa empresa ligada à agricultura, que mais tarde fechou. Antes disso, tínhamos uma vida confortável, ele também tinha negócios como snack bar e pesca, mas acabaram por falir, acredito que por falta de gestão adequada.

Com o desemprego, tudo se perdeu: os barcos foram destruídos, o snack bar faliu. Hoje percebo que o meu pai pode ter entrado em depressão. Para um homem com tantos filhos, perder tudo foi muito difícil. A nossa vida mudou completamente. Por volta de 1993/1994, enfrentávamos a transição do ensino primário para o secundário, e as vagas eram escassas. Eu e a minha irmã mais velha precisávamos de continuar os estudos, mas não havia vagas em Maxixe. Um familiar (avô paterno) conseguiu uma vaga em Xai-Xai, na província de Gaza.

A decisão foi: eu iria para Xai-Xai. Em 1996, com 14 anos, fui viver com o meu avô. Era um ambiente completamente diferente, rígido, controlador, sem espaço para diálogo. Tudo era baseado em regras. Se a escola começava às 12h20, eu tinha de sair às 12h10. Se terminava às 18h, eu tinha de estar em casa às 18h10. Era uma vida sufocante para uma adolescente. Eu vivia com medo constante. Até cinco minutos de atraso causavam ansiedade, pois sabia que seria castigada. Não tive ninguém que me orientasse sobre direitos sexuais e reprodutivos, tomada de decisões ou habilidades para a vida. Nesse contexto de frustração, comecei a relacionar-me com um jovem. Acabei por engravidar no final de 1997.

Quando a minha avó descobriu, contou ao meu avô. Naquela noite, fui severamente agredida. Não aguentei e fugi para casa do jovem. A família dele

<sup>14</sup> Otávia Angélica Leonardo, Moçambique.

<sup>15</sup> Testemunho recolhido por Alice Frade e revisto por Otávia Angélica Leonardo.

acolheu-me, e assim entrei numa união prematura. Com apenas 15 anos, tornei-me responsável por uma casa com mais de quinze pessoas. Troquei a escola pelas tarefas domésticas e as brincadeiras por um bebé real.

Deixei de estudar, também por causa do estigma. Naquela altura, meninas grávidas não podiam frequentar o ensino diurno. Teria de estudar à noite, o que era impossível devido à carga de trabalho em casa. A decisão mais fácil foi abandonar a escola. Também não houve acompanhamento adequado da gravidez nem educação sobre saúde sexual. Só após engravidar comecei a ter algum contacto com os serviços de saúde. O meu filho nasceu a 18 de agosto de 1998. Vivi dois anos nessa união. Em 2000, após conflitos constantes com violência verbal e física, decidi sair. Deixei a casa do pai do meu filho e voltei para a casa da minha mãe, determinada a retomar os estudos.

A minha mãe apoiou-me, com a condição de eu ajudar no seu negócio de venda de roupa usada. Tornei-me vendedora ambulante e, mesmo enfrentando humilhações, mantive o foco: terminar os estudos. Consegui concluir a 12<sup>a</sup> classe. Depois, comecei a trabalhar como ativista na área de HIV/SIDA. Foi nesse momento que a minha vida começou a mudar.

Ao ensinar outros jovens sobre escolhas, decisões e relacionamentos saudáveis, comecei também a compreender os meus próprios erros e a reconstruir a minha vida. Percebi que não fui culpada, faltou-me informação.

Mais tarde, tentei retomar a relação com o pai do meu filho, mas não resultou. A separação foi muito difícil e causou-me depressão, cujas marcas ainda carrego.

Mesmo assim, continuei. Formei-me em Ensino de Administração, Comércio e Finanças. Hoje trabalho na área social, apoiando raparigas e partilhando a minha história para evitar que outras passem pelo mesmo. Participei em projetos de empoderamento de raparigas, prevenção de casamentos prematuros e promoção da educação. Tenho orgulho em ver jovens que consegui apoiar a seguir

caminhos diferentes. Hoje sei que muitas uniões prematuras resultam da falta de informação, diálogo e apoio familiar, exatamente como aconteceu comigo.

Atualmente, trabalho em programas de saúde sexual e reprodutiva, promovendo a educação, o acesso à contraceção e o não abandono escolar das raparigas grávidas. A realidade mudou: hoje, meninas grávidas podem continuar a estudar. Nas minhas conversas explico que elas podem planificar a sua vida e saber quando e com quem ter filhos. Mas ainda há muito a fazer para combater normas sociais prejudiciais e promover o diálogo nas famílias.

Continuo a contar a minha história, sempre que tenho oportunidade, porque acredito que informação salva-vidas.”

## Entre o silêncio e a sobrevivência: como a falta de informação e as expectativas sociais empurram meninas para uniões prematuras em Moçambique

**Benilde Nhalevilo |**

Psicopedagoga | Consultora | Activista dos Direitos Humanos das Mulheres e das Crianças

A história de Otávia Angélica Leonardo não é apenas uma narrativa individual de dor, resistência e superação. É, sobretudo, o retrato de uma realidade estrutural que continua a afectar milhares de raparigas em Moçambique: as uniões prematuras. Por detrás de cada estatística existe uma vida interrompida, um sonho adiado e uma infância encurtada. A trajetória de Otávia revela como a ausência de diálogo, de informação e de apoio institucional pode empurrar uma adolescente para um ciclo de vulnerabilidade que se confunde com destino.

Moçambique está entre os países com taxas mais elevadas de casamento infantil no mundo. Dados recentes indicam que cerca de 48% das raparigas são forçadas a ter uma vida marital antes dos 18 anos, ou seja, praticamente uma em cada duas raparigas é forçada a ter esta união. Para além disso, aproximadamente 14% tem vida marital antes dos 15 anos. Estes números não são apenas indicadores frios; são reflexos de normas sociais profundamente enraizadas, desigualdades de género e limitações estruturais no acesso à educação e à informação.<sup>16</sup>

### **Uma vida moldada pelo silêncio e pela educação violenta**

Otávia nasceu em Maxixe, numa família que, apesar de numerosa, vivia com alguma estabilidade. Frequentou a escola e tinha um percurso aparentemente promissor. No entanto, a perda do emprego do pai marcou uma viragem drástica. A instabilidade económica, aliada à necessidade de procurar melhores oportunidades educacionais, levou-a a mudar-se para casa do avô, em Xai-Xai, aos 14 anos.

Foi aí que começou um processo silencioso de sufocamento emocional. Num ambiente rígido, sem espaço para diálogo, Otávia viveu sob constante vigilância. Não havia conversas sobre adolescência, sexualidade ou direitos reprodutivos. A

<sup>16</sup> UNICEF, UNFPA & CECAP. 2015. Análise estatística sobre os casamentos prematuros e a gravidez precoce em Moçambique: Determinantes e impactos.

educação que recebia era baseada no medo e na repressão, não na orientação ou compreensão.

Este contexto é comum em muitas famílias moçambicanas, onde temas como sexualidade continuam a ser tabu. A falta de educação sexual abrangente impede que adolescentes tomem decisões informadas sobre os seus corpos e relações. Como no caso de Otávia, essa lacuna pode levar a escolhas impulsivas, muitas vezes como forma de resistência ou afirmação.

### **Da gravidez à união prematura: um caminho quase inevitável**

Aos 15 anos, Otávia engravida. A reação familiar foi imediata e violenta. Sem apoio emocional, sem alternativas, fugiu para casa do namorado. Este momento marca a transição abrupta de adolescente para “mulher”, numa sociedade que frequentemente associa gravidez à maturidade e responsabilidade adulta.

É assim que muitas uniões prematuras se formam: não necessariamente por escolha, mas por imposição social. A gravidez fora do casamento é frequentemente vista como vergonha familiar, levando os pais a expulsarem as filhas ou a forçarem uniões com os parceiros. Em outros casos, a falta de consideração das meninas como seres sujeitos de direitos, leva famílias a “entregar” as filhas em troca de segurança económica ou pagamento de dívidas. Algumas pessoas colocam a pobreza como causa, mas neste contexto, a desvalorização das meninas e das mulheres assume-se como pobreza, pois nas mesmas circunstâncias, as famílias não “vendem” os rapazes. A pobreza é apenas um factor perpetuador, mas não a causa principal.

No caso de Otávia, a união foi resultado direto da falta de informação e diálogo. Como ela própria afirma “eu não sabia, não tinha conhecimento”. Esta é uma realidade partilhada por muitas raparigas que entram em uniões prematuras sem compreender plenamente as implicações.

## **As múltiplas faces das uniões prematuras**

As uniões prematuras em Moçambique manifestam-se de diferentes formas:

1. Uniões forçadas por gravidez precoce, como no caso de Otávia;
2. Uniões forçadas arranjadas por razões económicas, onde a rapariga é vista como recurso;
3. Uniões baseadas em normas culturais, onde casar cedo é considerado ideal;
4. Fugas voluntárias, muitas vezes motivadas por ambientes familiares opressivos;
5. Uniões forçadas por rapto, particularmente em Cabo Delgado, zona afectada pelo terrorismo;
6. Uniões prematuras onde raparigas substituem mulheres da sua família que têm dificuldades de conceber. Aí, elas vão apenas para cumprir o papel reprodutor, e há vezes que depois de terem o bebé são mandadas embora;
7. Uniões prematuras depois de terem sofrido violência sexual, uma forma que as famílias olham como forma de evitar a desonra por parte da família e que por isso optam por entregar a menina ao violador.

Independentemente da forma, o resultado é frequentemente o mesmo: interrupção da educação, exposição à violência doméstica, gravidez precoce, contaminação pelo HIV, pobreza e limitações no desenvolvimento pessoal e profissional.

## **O peso das expectativas sociais**

As expectativas que a sociedade moçambicana tem, mais nas zonas rurais e menos nas zonas urbanas, é que uma mulher nasce para casar, ter filhos e cuidar da família. A vida das mulheres é orientada em função das expectativas e dos objectivos que a sociedade define. Já uma menina grávida em Moçambique carrega não apenas uma criança, mas também o peso de expectativas sociais rígidas. Espera-se que

ela assumia responsabilidades domésticas, que cuide da família do parceiro e que abandone comportamentos considerados “infantis”, como brincar ou estudar. A infância é imediatamente substituída pela fase adulta.

Otávia descreve como passou a ser responsável por todas as tarefas domésticas numa família numerosa, enquanto ainda era uma criança. A escola foi substituída por consultas pré-natais, e os sonhos deram lugar à sobrevivência.

Além disso, o estigma social é profundo. Meninas grávidas são frequentemente vistas como “má influência” nas escolas. Durante muitos anos, políticas educacionais reforçaram essa exclusão. O Despacho 39/2003, por exemplo, obrigava meninas grávidas a frequentarem o ensino noturno, dificultando ainda mais a continuidade dos estudos.

### **Consequências que ultrapassam gerações**

As consequências das uniões prematuras são amplas e duradouras:

- Abandono escolar, limitando oportunidades futuras e afectando a qualidade do capital humano que uma sociedade precisa para se desenvolver adequadamente;
- Problemas de saúde, incluindo complicações na gravidez e parto que muitas vezes resultam em fístulas e em contaminação pelo HIV e outras infeções sexualmente transmitidas;
- Violência doméstica e psicológica – Uma parte considerável destas meninas vai para um lar onde se tornam segundas, terceiras e quartas mulheres, sobretudo quando o suposto marido é um homem já adulto. Aí as meninas vivem um verdadeiro inferno que encontra suporte numa sociedade onde olha para a mulher sofrida, a verdadeira mulher que suporta e mantém o seu lar. Uma vez no então chamado lar, as meninas são sujeitas a várias formas de violência psicológica, física, económica e sexual. Elas são obrigadas a manter

relações sexuais, independentemente da sua vontade ou estado. As relações sexuais na esfera doméstica são vistas como uma obrigação das mulheres e um direito inquestionável dos homens;

- Dependência económica – Sem escolaridade, sem recursos, sem rede de apoio familiar e com pouca informação, a menina fica totalmente dependente da família a que passa a pertencer depois de “casada”;
- Impacto intergeracional, onde filhos de mães adolescentes têm maior probabilidade de repetir ciclos de pobreza e exclusão. Muitas vezes as meninas e mulheres quando vão ao lar, seja por união forçada ou por vontade (no caso das mulheres adultas), são ensinadas que o lar é sinónimo de sofrimento. Portanto, a violência doméstica é aceite e normalizada pelas famílias, pela sociedade e às vezes pelas próprias vítimas.

No caso de Otávia, existiram também consequências emocionais profundas, incluindo a depressão e a perda de autoestima. Ainda assim, a sua história é marcada por resiliência. Com apoio familiar posterior e oportunidades no activismo onde aprendeu que ela é um sujeito de direitos e onde encontrou a força para retomar os estudos e construir uma carreira.

### **Um novo caminho: avanços legais e esperança**

Nos últimos anos, Moçambique tem dado passos importantes no combate às uniões prematuras. A Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras, aprovada recentemente, representa um marco significativo. Esta legislação estabelece os 18 anos como idade mínima para o casamento e prevê medidas de proteção para raparigas em risco, para além disso, penaliza os adultos que se unem com meninas que têm menos de 18 anos e não deixa de fora os cúmplices que de forma directa ou indirecta empurram as meninas para as uniões prematuras. A lei penaliza, inclusive, as autoridades tradicionais, religiosas ou governamentais que celebrarem uniões prematuras, sejam elas entre crianças ou entre um adulto e uma criança.

Paralelamente, a anulação do Despacho 39/2003 abriu caminho para

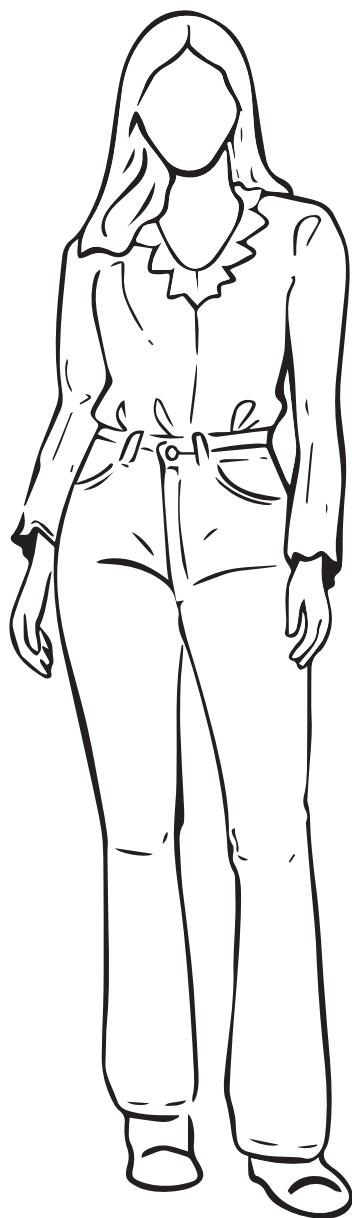
que meninas grávidas possam continuar os seus estudos no ensino diurno, sem discriminação. Esta mudança é crucial para quebrar o ciclo de exclusão e oferecer uma segunda oportunidade.

Hoje, programas comunitários e organizações da sociedade civil trabalham activamente com autoridades comunitárias, religiosas e governamentais na sensibilização sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos, promovendo o diálogo nas famílias e empoderando raparigas. A própria Otávia tornou-se activista, usando a sua história para educar e inspirar outras jovens.

### **Conclusão: transformar histórias em mudança**

A história de Otávia mostra que **as uniões prematuras são o resultado de contextos que podem e devem ser transformados. Investir em educação, promover o diálogo nas famílias, garantir acesso a serviços de saúde e implementar leis eficazes são passos essenciais.**

Além de evitar uniões prematuras, **trata-se de garantir que cada rapariga tenha o direito de escolher o seu futuro. Que possa estudar, sonhar e decidir, com informação, apoio e dignidade.**



Kj

## **“Eu pensava que ia ser princesa, mas fui tratada pior que uma escrava.” Uma história de amor que se transformou em terror<sup>17 18</sup>**

Começou a namorar com Sombra aos 12 anos (ainda são primos), gostava muito dele, era mesmo amor. O avô era irmão da avó paterna / mãe do pai dele. Foram para casa dos pais dele e realizaram o casamento tradicional ao fim de dois dias.

Ao fim de poucos dias Sombra começou a revelar-se controlador, ciumento e começaram as agressões. Não trabalhava nem a deixava trabalhar. Ficava duas a três semanas sem aparecer em casa. Viveram juntos dos 15 aos 21 anos, sete anos sempre com a ajuda dos pais.

Rosa Negra engravidou e decidiram ficar a viver juntos em casa da família dele até terem condições para alugar uma casa. Foi aí que a violência doméstica começou de forma mais grave.

“Tenho saudades de dançar com o meu avô e com o meu pai. Tenho muitas memórias e saudades de ser feliz”.

Desistiram da escola, ela a frequentar o 6º ano e ele o 7º ano. Hoje vê que se perdeu só para ficar com ele.

Durante o casamento houve muitos problemas até com a família dele, sobretudo a avó, que o protegia e porque viviam no mesmo prédio, chegou a desligar o gás para que não tivesse acesso à água quente para o banho. Os sogros falavam com o filho para que tratasse bem a “menina”, mas ele ouvia e esquecia.

“Não me deixava sair, exigia que vestisse roupa que me tapasse o corpo, afastou-me de todas as minhas amigas. “

Sem casa, chegaram a viver numa carrinha para ver se acertavam o casamento e ele se afastasse de outras mulheres e amigos que não interessavam. “Fiz muitos sacrifícios porque gostava dele e queria salvar o casamento. Deixei as minhas filhas com os meus pais, mas nada resultou”.

“A minha família falou comigo, mas eu não queria que ninguém soubesse. O meu pai deu-me uma casa, mas era no mesmo prédio da família e as coisas não resultaram”.

<sup>17</sup> Rosa Negra, Portuguesa cigana, 22 anos.

<sup>18</sup> Testemunho recolhido por Alice Frade e revisto por Rosa Negra.

“Eu era uma escrava, nem a máquina de roupa podia usar, estragavam-me a roupa com lixívia. Não me deixava ir às consultas de gravidez nem no centro de saúde nem na Maternidade Alfredo da Costa. Se ia comigo estava sempre a ralar para eu me despachar e chegou a bater-me até nos hospitais”.

“A família do Sombra dizia para eu deixar o ‘menino’ fazer o que queria, deixar passar duas semanas sem falar com ele e depois voltar que ele se arrependia, mas nada resultou”.

“O meu pai queria “dar cabaças”<sup>19</sup> eu é que não queria porque estive sempre a dar-lhe segundas, terceiras, infinitas oportunidades. Eu tinha (não sei se ainda tenho) uma dependência emocional muito forte dele. Cheguei a tentar o suicídio. Eu desenvolvi asma pelos maus-tratos a que era sujeita e às condições péssimas da casa e até ficar sem comer.”

“Houve um crime de sangue com arma de fogo na família e as coisas complicaram-se”.

“Quero voltar a estudar, ser feliz e ver as duas filhas felizes e mulheres sem problemas, elas são a minha luz, quero ter um trabalho”.

Rosa Negra está a receber apoio de uma equipa de psicologia e das irmãs, e sabe que o Sombra é mesmo uma sombra “sonho muitas vezes com ele, no tempo em que não era violento”.

“O meu casamento foi precoce, eu era menina, mas não foi forçado, foi por amor, depois esse amor ficou violento de várias formas por ele e pela família dele. Eu pensava que ia ser princesa, mas fui tratada pior que uma escrava.”

## Pluralidade das comunidades ciganas em Portugal

**Marisa Oliveira |**

Portuguesa cigana | Vice-Presidente da Ribaltambição – Associação para a Igualdade de Género nas Comunidades Ciganas

As comunidades ciganas em Portugal revelam uma grande diversidade social, cultural e económica. Essa diversidade traduz-se em diferentes trajetórias de continuidade, adaptação e mudança, o que mostra que não existe uma realidade única, mas antes múltiplos percursos e formas de integração na sociedade.

As comunidades ciganas em Portugal caracterizam-se por comunidades mais tradicionais, que mantêm uma forte continuidade histórica e cultural, preservando práticas e referências identitárias mais consolidadas, por comunidades em transição que combinam elementos da tradição com mudanças graduais, procurando equilibrar continuidade cultural e adaptação a novos contextos e ainda por comunidades mais progressistas que apresentam maior proximidade com a sociedade maioritária e tendem a incorporar transformações mais visíveis nos seus modos de vida.

No plano familiar, observam-se diferenças significativas entre comunidades.

Nas mais tradicionais, predominam modelos mais conservadores; nas comunidades em transição, surgem mudanças graduais, sobretudo entre os mais jovens; e, nas mais progressistas, os modelos familiares tendem a ser mais flexíveis.

Na educação, os contrastes também são expressivos.

As comunidades mais tradicionais enfrentam maior risco de abandono escolar, enquanto nas comunidades em transição se verifica uma maior permanência na escola. Já nas mais progressistas, é mais visível a presença no ensino secundário e superior.

No domínio profissional, as comunidades mais tradicionais estão frequentemente associadas ao comércio tradicional e informal. Em contextos de transição, verifica-se uma diversificação das atividades económicas, enquanto nas comunidades mais progressistas se observa uma presença mais significativa no emprego formal.

A posição das mulheres também varia consoante os contextos.

Nas comunidades mais tradicionais, predominam papéis mais convencionais; nas comunidades em transição, cresce a autonomia feminina; e, nas mais progressistas, destaca-se uma participação social e profissional mais ampla.

As formas de união também refletem esta diversidade.

Em comparação com a média da sociedade maioritária, as uniões tendem, em muitos casos, a ocorrer mais cedo. No entanto, nas comunidades em transição e nas mais progressistas, essas uniões realizam-se em idade legal e resultam de escolhas livres. Esta realidade contraria estereótipos persistentes que associam estas comunidades a promessas de casamento com vínculo ou a casamentos forçados.

**Em síntese, a diversidade das comunidades ciganas em Portugal evidencia a existência de percursos distintos, marcados por ritmos diferentes de mudança, adaptação e continuidade. Esta pluralidade exige uma leitura atenta, livre de generalizações simplificadoras, e o reconhecimento de que, salvo situações pontuais, as escolhas relativas à vida conjugal resultam da vontade individual.**

## Nota de agradecimento

O nosso Obrigada a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho.

Obrigada às meninas e mulheres cujos testemunhos e textos são publicados e sem os quais esta obra não seria possível.

Agradecemos também à Augusta Barbosa, Daniela Vicente, Joana Marques, Lúcia Osório e Patrícia Oliveira pela reflexão e apoio.

Agradecimento extensivo a Catarina Marcelino, a Mónica Ferro e a Ragaa Said pelos contactos e reflexões partilhadas.

O nosso muito obrigada aos contributos da AMAR da Guiné-Bissau, da AMJIGE de Moçambique, ao Programa Global para o Fim dos Casamentos Infantis do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA), da Ribaltambição de Portugal e ao UNFPA Etiópia.

Por fim, um agradecimento ao Ministério da Juventude, Cultura e Desporto e Secretária de Estado Adjunta e da Juventude e da Igualdade e à CIG Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género que através do cofinanciamento às Organizações Não Governamentais - Práticas Tradicionais Nefastas, tornaram possível o projeto MEMES – Meninas E Mulheres Empoderadas e com Saúde.

